

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA-TERCEIRA REUNIÃO REALIZADA
NO DIA QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E SETE**-----

----- Aos primeiros quatro dias do mês de julho de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, terceira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale) -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva) -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fábio Martins de Sousa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Luis Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luis Lucas Lopes, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno

Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Mário Joaquim Gomes Branco, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, João Miguel Estrompa de Almeida, Igor Boal Roçadas, Renata Andreia Lajas Custódio, Duarte Albuquerque Carreira, João Gomes Boavida, Susana Maria Costa Guimarães, Luis Manuel Inês Cavaco, Ana Paula da Silva Viseu, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Patricia Sofia Meireles Aires Sampaio Lourenço, Miguel Agrochão, Ameetkumar Subhaschandra, Gabriel Baptista Fernandes, Luis Graça Gonçalves, Nelson Pinto Antunes, Sofia Margarida Vala Rocha e Paulo Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, José António Nunes do Deserto Videira, Miguel Tiago Crispim Rosado e Mafalda Ascensão Cambeta. -----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Mário Joaquim Gomes Branco. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patricia Meireles Sampaio Lourenço. -----

----- Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Areeiro, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ameetkumar Subhaschandra. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- José Alberto Franco (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Almeida. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Renata Lajas.-----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 47/2017, de 27 de junho de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal João Pinheiro (PS) à 138ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª Sessão Ordinária), realizada no dia 11 de abril de 2017. -----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal em substituição, Rui Cordeiro (PSD), à 131ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (86ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 31 de janeiro de 2017. -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal, Luis Pedro Newton Parreira (PSD - PJF Estrela), à 142ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (93ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 23 de maio de 2017. -----

----- Justificar a falta da Deputada Municipal, Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), à 142ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (93ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 23 de maio de 2017. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Sérgio Azevedo (PSD), Fernando Braamcamp (PSD), Fábio Sousa (PCP-PJF Carnide) e Paulo Moreira (PSD) à 143ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (94ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 30 de maio de 2017. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Ana Páscoa Baptista (PCP), Miguel Tiago (PCP) e José Franco (IND) à 144ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (95ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 6 de junho de 2017. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: José Sá Fernandes, Manuel Salgado, João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Catarina Albergaria, Paula Marques e João Afonso. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

----- “Boa tarde Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Estamos em condições de começar a nossa reunião, temos quórum, já temos presente alguns Senhores Vereadores. Eu pedia para irem para os vossos lugares por favor. Enquanto se acomodam, eu não vou começar a Sessão enquanto os Senhores Deputados não estiverem devidamente sentados. A mesma coisa ali para os Senhores Deputados do CDS-PP agradecia que se ocupassem os vossos lugares. -----

----- Senhoras Deputadas Senhores Deputados, vamos dar início à sessão.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Nós hoje temos um PAOD relativamente curto, penso eu, na medida em que só houve 3 documentos apresentados, infelizmente, temos 2 votos de pesar, pelos quais começaremos a nossa Reunião. Temos uma agenda que não está muito complicada, vamos ver como é que isto corre hoje.-----

----- Senhores Deputados, vamos começar. Hoje não há intervenção do público atendendo a que é uma continuação da Sessão Ordinária. Vamos começar pelos votos de pesar. -----

----- Tenho que pedir aqui à Senhora 1ª Secretária se pode ler o 1º Voto de Pesar. É um Voto de Pesar apresentado pelo PAN, pela morte de Jorge Eduardo da Costa Correia, que foi fundador e ex-Presidente do Centro de apoio aos sem-abrigo/C.A.S.A. É uma figura muito relevante aqui na cidade de Lisboa. Peço a vossa atenção.” -----

----- **Voto de Pesar nº 3/125 – Pelo Falecimento de Jorge Eduardo da Costa Correia:**-----

----- “Faleceu no passado dia 2 de Junho de 2017, Jorge Eduardo da Costa Correia, Fundador e Ex -Presidente do Centro de Apoio aos Sem Abrigo/C.A.S.A. -----

----- Jorge Eduardo da Costa Correia nasceu na cidade de Lisboa, no Bairro de Benfica, a 31.10 de 1959.-----

----- Licenciado em Engenharia Civil e com o Mestrado em Engenharia Cível e Finanças, e uma Pós Graduação em Direito, foi diretor técnico da empresa Geocontrolo, onde desenvolveu parte considerável da sua atividade profissional, ao longo dos últimos 41 anos de atividade.-----

----- Na sua Juventude, cumpriu o serviço militar como oficial Comando, onde serviu o Major-General Jaime Neves.-----

----- Jorge Correia desde cedo manifestou a sua preocupação com a vida espiritual, tendo aderido a práticas do Budismo, tendo sido colaborador da União Budista Portuguesa, organização que representa institucionalmente a comunidade Budista em

Portugal, estando ligado desde a primeira hora ao projeto de construção do Templo Budista de Lisboa, “ Casa da Paz” .-----

----- Jorge Correia foi igualmente sócio fundador e colaborador do STUPA- Associação Para a Paz no Mundo, sendo igualmente Procurador do Conselho Diretivo e colaborador da Fundação Kangyur Rinpoche.-----

----- Jorge Correia foi também membro da Direção e colaborador da Songetsen-Casa da Cultura do Tibete.-----

----- A grande generosidade e solidariedade manifestada durante toda a sua existência por todos seres, fez com que as suas preocupações se voltassem também para os “sem-abrigo”, tendo sido um dos fundadores e Presidente da IPSS-CASA-Centro de Apoio aos Sem-abrigo, organização de ajuda humanitária e social aos sem-abrigo e pessoas em situação de pobreza, cujo trabalho no País e em particular na cidade de Lisboa, tem sido relevante.-----

----- Simpatizante do Partido Socialista durante parte considerável da sua existência, Jorge Correia apoiou desde a sua fase inicial a constituição do PAN - Partido das Pessoas/Animais/Natureza, dado a sua grande preocupação com o ambiente e o bem-estar dos animais.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 4 de Julho de 2017 delibere:-----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Jorge Eduardo da Costa Correia, prestando-lhe homenagem guardando um minuto de silêncio.-----

----- b) Apresentar as mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda, à sua família.-----

----- c)Apresentar à C.A.S.A., à União Budista, à Fundação Kangyur Rinpoche, à ONG Mother Earth e à STUPA-Associação para a Paz no Mundo, as suas condolências.-----

----- d) Dar conhecimento a estas entidades e família, deste voto de pesar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora 1ª Secretária.-----

----- A Mesa vai pôr à consideração o Voto de Pesar.-----

----- “**Voto de Pesar nº 1/147** pelo falecimento de Jorge Eduardo da Costa Correia. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. O **Voto de Pesar nº 1/147** foi aprovado **por unanimidade**.-----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, vou eu ler o 2º Voto de Pesar apresentado pelo grupo Municipal do Partido Comunista Português ao qual eu me associo. Pelo falecimento do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, aos 57 anos.”-----

----- **Voto de Pesar nº 2/147 – Pelo Falecimento de Augusto Pólvora:**-----

----- “Faleceu no passado dia 2 de Julho, Augusto Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, aos 57 anos, vítima de doença prolongada.-----

----- Natural da Vila de Sesimbra, filho de pescador, casado e com 4 filhos, residia em Pinheirinhos, na freguesia do Castelo.-----

----- Estudou na Checoslováquia no âmbito da solidariedade e cooperação dos países socialistas com o povo português. Era licenciado em Arquitetura com média final de 19 valores e distinção, tendo recebido o Prémio do Reitor da Universidade Técnica Eslovaca de Bratislava. Era Técnico Superior na Câmara Municipal do Seixal, autor e coautor de diversos estudos, planos e projetos na área do urbanismo e arquitetura.--

----- Iniciou a sua atividade profissional como Arquiteto em 1985, na GERAP, tendo ingressado na Câmara Municipal de Sesimbra em 1986, onde exerceu funções no Gabinete da Quinta do Conde e desempenhou nos anos de 1988 e 1989 as funções de Chefe da Divisão de Administração e Planeamento Urbanístico.-----

----- Foi eleito Vereador pela CDU, no mandato de 1989-93, tendo exercido funções de Vereador-substituto do Presidente da Câmara, com responsabilidades diretas nos pelouros do Urbanismo, Habitação, Lagoa de Albufeira e Quinta do Conde. -----

----- Exerceu as funções de Administrador-delegado da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal entre 1994 e 2002. -----

----- Foi candidato da CDU à Assembleia da República nas Eleições Legislativas de 1995. Foi eleito Vereador pela CDU no mandato 1997-2001, exercendo funções não remuneradas com responsabilidades diretas no Pelouro do Trânsito e Transportes. Foi reeleito Vereador pela CDU no mandato 2001-2005, exercendo funções em regime de meio-tempo, com responsabilidades diretas no Pelouro do Planeamento Urbanístico, Ambiente e Toponímia.-----

----- Foi Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra eleito pela CDU desde 2005. --

----- Foi Vogal do Conselho Diretivo do Parque Natural da Arrábida como representante das Câmaras Municipais de Sesimbra, Palmela e Setúbal. -----

----- Foi membro dos Corpos Sociais da CDR, Agência de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal.-----

----- Foi membro dos Corpos Sociais da Agência de Desenvolvimento Local do Seixal – “Fábrica da Pólvora”. -----

----- Foi Coordenador da Comissão Executiva do PEDEPES – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal. -----

----- Foi Coordenador do Grupo de Trabalho de Urbanismo da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.-----

----- Foi representante da ANMP na Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho de Cultura e na Secção Especializada Permanente do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura.-----

----- Foi membro da Comissão Executiva da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. -----

----- Foi membro do júri, em representação da ANMP, no Prémio Nacional de Paisagem. -----

----- Foi membro da Secção de Municípios com Atividade Piscatória e Portos na ANMP.-----

----- Militante do Partido Comunista Português desde muito jovem, era membro da Comissão Concelhia de Sesimbra e da Direção da Organização Regional de Setúbal do PCP.-----

----- Augusto Pólvora, militante e dirigente comunista, dedicou grande parte da sua vida às tarefas que o seu Partido lhe confiou, no cumprimento e aprofundamento do projeto autárquico do PCP e da CDU, deixando um contributo impar e de grande valor.-----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 4 de Julho de 2017, delibere:-----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Augusto Pólvora, guardando um minuto de silêncio;-----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família.-----

----- c) Apresentar condolências aos órgãos municipais do Município de Sesimbra.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 2/147** pelo falecimento de Augusto Pólvora. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. O **Voto de Pesar nº 2/147** foi aprovado **por unanimidade**.-----

----- (A Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa subscreve este Voto de Pesar) -

----- Vamos então fazer um minuto de silêncio.-----

----- Muito obrigada Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- Posto isto, pergunto à Senhora 1ª Secretária se nos pode fazer uma apresentação resumida do expediente.”-----

----- **A Senhora Primeira-Secretária da Mesa, Patrocínia César**, fez a seguinte leitura do expediente:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, passo à leitura dos Expediente recebido na Assembleia Municipal.-----

----- Oriundo da Assembleia da República, perguntas dirigidas ao Governo através do Ministério do Trabalho, através do Ministério da Cultura e uma resposta à pergunta dirigida ao Governo do Ministério do Ambiente.-----

----- Proveniente das Estruturas de Missão do Programa Operacional Regional de Lisboa, um *email* a dar conhecimento das alterações dos avisos 4.5, 6.5 prorrogando a data de encerramento para apresentação de candidaturas aos planos estratégicos de desenvolvimento urbano. Ainda um *email* a dar conhecimento da alteração da data de encerramento do aviso para apresentação de candidatura ao sistema de incentivos ao empreendedorismo qualificado e criativo.-----

----- Oriundo da Câmara Municipal de Lisboa remete a deliberação 438/CM/2017, aprovada na reunião pública da Câmara e a respetiva Ata em Minuta.-----

----- Da Assembleia Municipal, os editais 19 e 20 do corrente ano e as respetivas deliberações.-----

----- Da Área Metropolitana de Lisboa, Ata nº 9 e Ata nº 11.-----

----- De Munícipes, A. de Lemos Damião Advogados, representante legal da sociedade Restelo Azul, SA, envia, para conhecimento, cópia da carta endereçada ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Ainda do cidadão Silvano Pompeu Santos, envia, para conhecimento, cópia do artigo de sua autoria, publicado no jornal público no passado dia 30 de maio, intitulado 'Expansão da rede do metro deixemo-nos de leviandades'. Da cidadã Maria Catarina Tavares Amaro envia, para conhecimento, a resposta que dirigiu à administração da EMEL. Do cidadão José Augusto Gonçalves da Cruz envia, para divulgação, cópia da carta que endereçou Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- É tudo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora 1º Secretária. -----

----- Senhores Deputados, vamos então passar agora às intervenções, neste Período Antes da Ordem do Dia. Nesta sessão temos, por enquanto, apenas uma inscrição. A Senhora 2º Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Muito breve. Relativamente à Recomendação nº1 do encerramento do Casalense Foot-Ball Club, o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará a favor, tal como aconteceu já, com o nosso colega, Pedro Cegonho, que já demonstrou a solidariedade em nome da Junta de Freguesia de Campo de Ourique e também no Grupo de Freguesia do Partido Socialista votámos favoravelmente, portanto, estaremos atentos a esta situação.-----

----- A Recomendação nº2 do PEV, não iremos inviabilizar a sua aprovação, recordemos que já em 2013, o Partido Socialista, desde o início, se mostrou contra a privatização dos CTT.-----

----- Relativamente à Recomendação nº3, aqui demorar um bocadinho mais, votaremos, obviamente, a favor, mas gostávamos, ao mesmo tempo, de destacar o muito trabalho já feito neste campo pela Câmara Municipal de Lisboa. Uma vez que a nossa opinião, nunca se trabalhou tanto e tão bem e aqui destacaríamos as muitas campanhas de educação ambiental no âmbito dos resíduos, inclusivamente, premiadas internacionalmente, trabalho feito junto dos mercados, em Monsanto com livros e guias para passeios, vinhas e cereais. Aqui posso testemunhar, a Quinta José Pinto com o seu projeto em Campolide.-----

----- A reabilitação da Estufa Fria, a Canoa Esperança, também, e dizer aqui que o Partido Socialista entende que educação ambiental não deve ser feita apenas nas salas, onde ela sempre foi feita, até hoje, mas tem sido política da Câmara Municipal de Lisboa levar a educação ambiental até ao terreno e nós aplaudimos esta opção. Agrada-nos, também a adesão ao programa Eco Escolas, da Associação Bandeira Azul da Europa, e destacar o trabalho que já é feito por muitas Freguesias da cidade

de Lisboa que receberam, recentemente, o Prémio Eco-Freguesias como são os exemplos de Carnide, Parque das Nações, São Vicente e, também, Campolide.-----
----- Portanto, dizer-lhe que votaremos a favor e que estaremos sempre com todos os progressos que sejam feitos no campo de educação ambiental.-----
----- Obrigado Senhora Presidente.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Boa tarde a todos e a todas. -----
----- O Bloco de Esquerda traz a Recomendação nº1 relativa ao encerramento do Casalense Foot-Ball Club que se localiza a da Avenida de Ceuta, na Quinta do Loureiro. -----
----- Tivemos, na semana passada a intervenção, de um elemento do público, uma Senhora que era da direção deste clube e que veio expor o seu problema e, de facto, não podemos estar mais solidários com a direção do clube e com os seus sócios. Este é um clube que faz um trabalho importante naquela zona, lembro, vocês sabem isso, a Quinta do Loureiro e a Quinta do Cabrinha foram blocos de apartamentos feitos para realojar as pessoas que viviam naquela zona no Casal Ventoso, mas sem uma perspetiva social, uma perspetiva de enquadramento daquelas pessoas para que pudessem fazer parte da cidade. Criou-se um gueto sem as infraestruturas mínimas para tornar a vida, naquele espaço, digna.-----
----- Lembramos todos, dos equipamentos que ali foram feitos, em particular, da piscina feita, na zona norte da Quinta do Loureiro, que está encerrada há mais de 10 anos, foi mal construída, foi mal inaugurada e está fechada, há tanto tempo. Um equipamento que era tão importante para as crianças daquele bairro, mas também para os idosos que poderiam ali fazer alguma atividade desportiva. -----
----- E, portanto, num bairro onde existem tantas carências de equipamentos e de espaços onde a população possa, de alguma forma, dividir o seu tempo, o Casalense Foot-Ball Club faz um papel muito importante, tem uma sala aberta a ensaios de Teatro, por exemplo, com vários projetos relacionados com o teatro, têm aulas de ténis de mesa, artes marciais, está a fazer um projeto de recolha de livros para a criação de uma biblioteca e, portanto, não é só um clube fechado, é um clube aberto àquela população e é assim que se deve manter. -----
----- Está agora sob ameaça de despejo, sabemos que o Presidente da Junta de Campo de Ourique está solidário e que está disposto a intervir na defesa do Casalense Foot-Ball Club, ainda bem que assim é e, por isso, trazemos aqui hoje esta Recomendação para que o Casalense se mantenha aberto, não só na sua vertente de clube dos associados com estes serviços e estas atividades que disponibiliza à população, mas também na sua vertente comercial que é um pequeno café de apoio aos associados, porque sabemos, quem faz trabalho associativo, e em tantas coletividades nesta cidade, que são esses pequenos espaços comerciais que permitem a sobrevivência destes clubes e, por isso, apresentamos esta Recomendação em defesa do Casalense Foot-Ball Club.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes colocam hoje dois documentos à consideração deste plenário. -----

----- Uma Recomendação pela defesa de um serviço postal de qualidade, pois os Correios são fundamentais para as populações e para o desenvolvimento do País e consideramos que a Câmara Municipal de Lisboa deve assumir um papel importante na defesa deste serviço. -----

----- Os Correios portugueses, desde que foram instituídos em 1520, foram sempre considerados um serviço público de excelência. Importa referir que os CTT, enquanto empresa pública, prestavam um serviço inestimável e davam lucro.-----

----- Porém, na vaga de privatizações levada a cabo pelo anterior Governo, nem os CTT, que sempre estiveram na esfera do Estado, escaparam e acabaram por ser privatizados. -----

----- Esta privatização veio acompanhada de uma crescente degradação do serviço prestado: os preços aumentaram, a distribuição foi entregue a outras empresas em regime de *outsourcing*, o correio não é distribuído todos os dias, várias estações encerraram, o tempo de espera para atendimento aumentou, houve vários despedimentos e a precariedade instalou-se nos CTT. -----

----- Não será por acaso que a empresa foi multada pela ANACOM por não cumprir com o serviço a que é obrigada. -----

----- Ou seja, o resultado desta privatização está à vista de todos e este erro deve ser corrigido. -----

----- Por isso mesmo, Os Verdes propõem que a Câmara Municipal defenda este serviço estratégico e os interesses e necessidades da população de Lisboa, e que defenda, junto do Governo, que os CTT deverão regressar à esfera da Administração Central. Posição, aliás, já assumida por vários autarcas de diversas forças políticas. ----

----- Apresentamos também uma recomendação no sentido da valorização e do reforço da educação ambiental nas escolas. -----

----- Perante o desafio que se nos coloca relativamente à preservação do ambiente, é fundamental termos uma aposta séria na educação para a sustentabilidade. -----

----- A educação ambiental é determinante para a sustentabilidade do Planeta e a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento da consciência ecológica de todos os cidadãos. Neste desafio, todos somos chamados a contribuir para promover mudanças profundas e progressivas, com o objetivo de construir um estilo de vida individual e coletivo mais sustentável. -----

----- Pretendemos que as crianças adquiram conhecimentos ambientais e que sejam preparadas para o exercício de uma cidadania consciente e informada face às problemáticas ambientais atuais e os níveis do pré-escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico são os primeiros espaços privilegiados de aprendizagem. -----

----- Por tudo isto, Os Verdes propõem que a Câmara valorize e reforce a educação ambiental no ensino pré-escolar e no 1º ciclo, em parceria com associações de defesa do ambiente e envolvendo toda a comunidade educativa. -----

----- É um passo importante que importa aprofundar para ajudar as crianças a tomarem decisões ambientalmente mais sustentáveis e também ajudá-las a influenciarem ações ambientais no seio das suas famílias. -----

----- Nesta recomendação, propomos também a adesão do Município ao Programa Eco Escolas, que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Senhores Deputados não temos mais inscrições pelo que vamos passar à votação dos documentos pendentes neste Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- Peço desculpa Senhores Deputados, vamos voltar ao princípio, estamos a votar as Recomendações apresentadas no PAOD da sessão de hoje, a 1ª Recomendação é uma Recomendação do Bloco de Esquerda sobre o encerramento do Casalense Foot-Ball Club Lda., que solicita, no fundo, à Câmara que termine o processo de encerramento do estabelecimento, disponibilizando ao Club soluções para este poder desenvolver a sua atividade. É isto que vamos pôr à votação.-----

----- **Recomendação nº 1/147 – (apresentada pelo Grupo Municipal do BE) – ‘Encerramento do Casalense Foot-Ball Club, Lda.’**-----

----- (A Recomendação nº 1/147 apresentada pelo BE fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Recomendação nº 1/147 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- **Recomendação nº 2/147 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) – ‘Pela defesa de um serviço postal de qualidade.’**-----

----- (A Recomendação nº 2/147 apresentada pelo PEV fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante). -----

----- O MPT, na Recomendação nº 2, pede para separar o ponto 2 é isto? -----

----- Muito bem. Vamos passar agora à Recomendação, a separação do ponto 2. É o mesmo. É a Recomendação nº 2/147 apresentada pelo Partido Ecologista Os Verdes ‘Pela defesa do serviço postal de qualidade’, ela tem 3 pontos, o 3º é um ponto de encaminhamento, portanto, vamos votar separadamente o ponto nº1 e o ponto nº 2. -----

----- O Ponto nº 1 o que diz é que a Câmara ‘defenda, junto do Governo, um serviço postal de qualidade, que responda às necessidades das populações e do desenvolvimento do país.’ -----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº 2/147 foi aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do PS, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- O 2º Ponto é que a Câmara ‘defenda, junto do Governo, que os CTT deverão regressar à esfera da Administração Central.’ -----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº 2/147**, votos contra do PSD, CDS-PP, MPT, abstenções do PS, PNP, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN, 6IND. -----

----- Votos contra por soma de bancada. -----

----- Está empatado, cabe-me a mim o Voto de Qualidade, ele foi público, foi a favor, portanto, este Ponto foi **aprovado por maioria**, com o voto de qualidade exercido por mim. -----

----- Vamos passar agora ao Ponto 3 que é o Ponto dos envios. -----

----- **Ponto 3 da Recomendação nº 2/147** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Estão aqui os resultados, depois podem vir aqui confirmar. -----

----- Vamos prosseguir então. -----

----- **Recomendação nº 3/147 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) – ‘pela promoção da educação ambiental como componente de valorização da Escola Pública.’** -----

----- (A Recomendação nº 3/147 apresentada pelo PEV fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- A **Recomendação nº 3/147** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

Senhores Deputados, antes de entrarmos no Ponto nº 1 há aqui uma questão foi suscitada, mas eu queria dar um esclarecimento que é importante. Tem a ver com o Ponto nº 2. -----

----- Nós temos agendado para hoje uma alienação, sob a forma de complemento de lote de 2 parcelas de terrenos Municipais na Avenida 24 de Julho e Rua D. Luis I, e esta Proposta foi aprovada em Câmara e foi esclarecido nesta Proposta, e também no Parecer que a Assembleia sobre ela se pronuncia, que esta alienação só pode ser feita depois de entrarem em vigor as alterações ao Plano de Pormenor Boavista Nascente. --

----- Acontece que essas alterações já tinham sido aprovadas em Câmara e estão cá na Assembleia Municipal desde Abril e já o Senhor Vereador foi ouvido em Maio e a 3ª Comissão ainda não nos deu o Parecer final. -----

----- Portanto, eu resolvi agendar porque, de qualquer maneira, a outra Proposta entrou antes desta, esta está condicionada ao cumprimento da outra, mas, naturalmente, quando chegarmos ao momento da discussão os Senhores Deputados pronunciar-se-ão. -----

----- Eu irei propor que esta deliberação seja condicionada à aprovação daquela condição. Sem isso não se pode fazer uma alienação de uma coisa que está dependente de uma aprovação que a Assembleia ainda não fez, mas, na verdade não fez porque a Assembleia se atrasou no seu trabalho, seja como for a 1ª Comissão fez a sua parte e eu própria não verifiquei este cruzamento destas 2 matérias, podemos

proceder como entenderem, mas eu penso que, sem qualquer dificuldade, se ficar uma votação condicionada, as coisas ficam claras e não há qualquer problema, mas lá chegaremos.” -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 379/CM/2017 - RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO, CONSOLIDADOS, RELATIVOS AO ANO DE 2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, BEM COMO DO ARTIGO 76.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; PARECER DA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE** -----

----- (A **Proposta n.º 379/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1.ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 379/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos agora dar seguimento ao Ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos. -----

----- Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Município, Consolidados, Relativos ao Ano de 2016. -----

----- Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva para a sua apresentação inicial. -----

----- Eu fiz uma grelha curta, se os Senhores Deputados entenderem que é preciso mais tempo, a Mesa pode alterar a grelha, para já... -----

----- Estão-me aqui a fazer um outro pedido e que é o seguinte: Senhores Deputados, nós temos aqui hoje num aditamento à Ordem de Trabalhos uma Proposta que é de voto secreto, trata-se da eleição, é o Ponto 5, trata-se da designação do Provedor Municipal dos Animais de Lisboa. Eu vou mandar abrir a urna, fica no *foyer* pequeno, à vossa direita de quem está sentado no plenário e, portanto, os Senhores Deputados, a pouco e pouco, peço que possam ir fazendo a votação e quando chegar a altura, logo pedirei dois escrutinadores para se verificar. -----

----- Vamos entretanto dar aqui a palavra ao Senhor Vereador. Eu queria só chamar a atenção que eu dei aqui uma grelha relativamente curta, portanto, a Câmara tem no total 6 minutos mais 2, 8 minutos para a intervenção inicial e para as respostas e cada partido também tem os 6 minutos. Se entenderem que precisam de mais tempo a Mesa procurará gerir os tempos de maneira a podermos fazer isto da melhor maneira possível, sendo certo que esta matéria é uma repetição de matéria que já vimos e foi por isso que dei uma grelha curta. -----

----- Senhor Vereador se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente Senhores Deputados. -----

----- Tentarei ser o mais curto possível. Em face de tudo o que temos hoje em presença é nosso conhecido e, de facto, é uma operação de consolidação, uma operação em que se juntam o Município de Lisboa e as suas, à data, 4 Empresas Municipais, do ponto de vista das suas contas.-----

----- Mas antes disso queria só dar-vos esta nota: o Município de Lisboa tinha, a 31 de Dezembro, 7677 trabalhadores, a EGEAC 318, a EMEL cerca de 500, à mesma data, a GEBALIS 192 e a SRU 14. O que totaliza 8701 trabalhadores.-----

----- Aqui uma nota comparativa que eu já tinha dado no ano anterior, nos principais Municípios do país, as diferentes áreas em que existem empresas Municipais, o facto de nós termos 4, mas existirem algumas de menor dimensão do que nós que têm 5, é este o quadro atualizado.-----

----- Depois, também, dizer-vos que cumprimos, em todas as empresas, temos em todas resultados líquidos positivos e em todas cumprimos quer o regime jurídico da atividade empresarial e das participações sociais, quer o Código das Sociedades comerciais e, portanto, EGEAC, EMEL, GEBALIS e SRU Ocidental, todas a cumprir aquilo que são as condições para que as Empresas Municipais possam estar sustentáveis e de boa saúde financeira.-----

----- Depois, também, aquilo que todos já sabem é que para o ano irá mudar, porque a empresa Carris que se juntou ao universo Municipal, significa mais de 100 milhões de euros de Orçamento e, portanto, digamos que haverá aqui uma ligeira alteração mas, à data de 31 de Dezembro de 2016, o quadro e a distribuição é este, é uma pequena muito pouco significativa, do ponto de vista das contas, aquilo que são, quer o ativo, quer o passivo das empresas Municipais.-----

----- Depois os grandes números: 3 mil de ativo consolidado, 2016, 3212 milhões de euros, de passivo 2024 e de um total, desculpem, de fundos próprios 2024 milhões e de passivo 1188.-----

----- Do ponto de vista das tendências, que é algo que é importante, sempre, de analisar, uma persistente descida do passivo, quer os fundos próprios, quer o ativo bastante estáveis.-----

----- Quanto aos resultados de 2016, temos custos e perdas consolidados de 745 milhões de euros, proveitos e ganhos de 806 milhões de euros e o resultado líquido consolidado de 61 milhões de euros, portanto, como podem ver, tudo de boa saúde.-----

----- Não poderia fazer esta intervenção sem de vos falar, também um pouco, daquilo que tem sido a utilização, nomeadamente da Comunicação Social mas, também, dos Órgãos Autárquicos, para serem referidas algumas questões que, de alguma maneira, umas são imprecisas e outras, pela sua constância e pela sua persistência, são mesmo situações em que todos sabemos que não é verdade o que se está a dizer, mas há quem insista e eu também tenho que insistir aqui na reposição da verdade, por mais que ela doa, incomode, alguns setores, algumas pessoas da direita, exato, exato, da direita. Ainda não tinha utilizado a palavra, mas eu já lá ia, já lá ia!-----

----- Então, houve aqui uma certa dificuldade em entender o que é que significa ‘aumento de endividamento’ que é um conceito que me parecia já estabilizado mas, nós tantas vezes já nos referimos a ele, como o Senhor Presidente disse, e bem,

qualquer Técnico Oficial de Contas conseguirá explicar com facilidade aquilo que nós vimos aqui apresentar, mas parece-me evidente que umas contas aprovadas e certificadas pelo Revisor Oficial de Contas, validadas sem reservas, sem reservas... ---

----- É melhor não inventar porque, mais uma vez, continuar a inventar nesta sessão é capaz de ser um bocado desagradável. A única reserva que está nestas contas, consolidadas, já agora, para que saiba, Senhor Deputado, é uma reserva que existe há inúmeros anos nas contas Municipais e que vai continuar a existir, enquanto não existir, não forem convergentes os sistemas contabilísticos, porque é o SNC, como sabe, nas empresas e é o POCAL no Município e, portanto, enquanto não se convergirem os 2 sistemas para o SNCAP no Município que há de ser, supomos nós, a começar no próximo ano, não poderá ser retirada essa reserva. -----

----- Portanto, é um comentário completamente despropositado.-----

----- Aliás, zero reservas! As contas do Município, pela 1ª vez na sua história, enquanto há ROC, zero reservas.-----

---- Em 2016 diminuámos o nosso passivo, 50 milhões de euros, e a dívida legal em 52 milhões de euros. E o que está aqui é o retrato, no 1º semestre, para que possam entender com maior facilidade, aqueles que têm um pouco mais dificuldade, e eu não acredito em dificuldades, eu acho que é mesmo premeditado para tentar enganar as pessoas.-----

----- É a direita ressabiada com estas matérias.-----

----- Amortizações de empréstimos. Nós, durante o 1º semestre, para que os Senhores saibam e não andem dizer mentiras, amortizámos 41,6 milhões de euros de empréstimos e contraímos 0,5 milhões de euros. É fácil fazer a conta. Não será muito difícil é só umas casas decimais e será bastante fácil para que não andem a mentir sobre esta matéria, o Município está menos endividado ao fim do 1º semestre do que estava no semestre anterior, com todo o investimento que tem feito. Portanto é, no mínimo, grosseiro ter algum tipo de afirmações, como tenho ouvido, quer publicadas nos jornais quer nesta sessão da Assembleia.-----

----- Dito isto também dizer-lhes que tivemos...-----

----- Não se enervem, não se enervem que isto não dói nada! Isto é só é uma coisa que vai ser...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Oh Senhor Vereador, eu peço desculpa. Eu sei que gosta muito das suas intervenções, mas olhe que já só tem um minuto, vou ter que negociar tempo.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, continuou:-----

----- Está certo, eu vou acabar já Senhora Presidente.-----

----- Só para dar nota de que o programa que tanto incomoda alguns, porque noção de investimento é algo que lhes faz alguma confusão, é que nós propusemos ao Banco Europeu de Investimento 522 milhões de euros de investimento até 2020. Neste momento, já temos adjudicados 184 milhões de euros. E, portanto, é só para perceberem que continuamos a diminuir o endividamento, apesar de estarmos a executar o programa do Banco Europeu de Investimento.-----

----- E, portanto, queria-vos dar nota disso e, como é óbvio, que tivemos uma reunião há alguns dias e o Banco Europeu de Investimento está muito agradado com esta nossa performance. -----

----- Para terminar e saltando aqui uma série de *slides*, queria-vos dizer, para terminar, algo que me parece bastante importante e que vai de encontro àquilo que tem sido a nossa performance sobre aquilo que são as contas do Município.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, é a Mesa que gere o tempo, agradeço o alerta. Acabou o tempo, e eu disse que negociava tempo, e pedi tempo aos Independentes que vão dar tempo ao Senhor Vereador para terminar. É sempre o que eu faço com todas as forças políticas, é sempre o que fazemos na Mesa. E é o que está no nosso Regimento Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, continuou:-----

----- O que está a incomodar, eu para terminar, deixem-me só terminar que depois têm todo o tempo a falar.-----

----- Mas, para terminar, o que eu gostava de dizer é que o que incomoda a direita, nomeadamente é, exatamente, a direita é que, de facto, nós estamos a executar a todos os projetos a que nos propusemos e mais alguns que têm surgido algumas oportunidades sem nos endividarmos, pelo contrário, a diminuir o endividamento e tendo a coragem, as condições económicas em 1º lugar, porque as criámos, porque conseguimos tirar o Município da situação de calamidade financeira em que estava, para o momento em que está hoje. Isso custou-nos alguns anos. Agora estamos em condições de fazer investimento e estamos em condições de fazer o investimento que muitos dos que os Senhores prometeram, nomeadamente, o Plano Geral de Drenagem, agora estamos em condições de o fazer, porque nós não pensamos só a curto prazo, pensamos a longo prazo, naquilo que é a cidade, aquilo que é seu desenvolvimento e o seu futuro. Ao contrário daqueles que só pensam nos ciclos eleitorais que criticam aquilo que é as obras, criticam aquilo, criticam as obras que terminam próximo das eleições, mas também criticam a coragem de iniciar obras e iniciar projetos que acabam muito depois das eleições, que os Senhores nunca tiveram coragem de implementar, como seja o Plano Geral de Drenagem ou o Programa de Renda Acessível. Percebe-se pelo vosso dramatismo a preocupação que vai desse lado. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, vamos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos. -----

----- Peço desculpa, tem com certeza, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos há um Parecer da 1ª Comissão sobre estas contas consolidadas, é o Senhor Deputado Hugo Lobo. Eu não o vejo. Não está. Portanto, pergunto à Senhora Presidente da 1ª Comissão se prescindem da apresentação do Parecer? Prescindem da

apresentação do Parecer, sendo assim e foi distribuído, todos o viram e vamos então passar às intervenções.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está aqui um marcador Senhora Presidente, vou deixar aqui em cima da Mesa. --
----- Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, que não está, claro, Senhores e Senhoras Vereadores e Deputados.-----

----- Quanto a esta Proposta nº 379/2017 relativa ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2016, pressupõe essa Proposta a apresentação pela Câmara de uma cuidada apreciação e discussão em sede de 1.ª Comissão e em Plenário sendo o respetivo debate e votação, tudo em prazos compatíveis com a plena assunção e dignidade destes instrumentos financeiros.-----

----- Não foi este e de novo o caso quanto a esta Proposta, situação em que a Câmara é aliás useira e vezeira, em claro abuso de situação dominante, pela utilização assaz selvagem de uma maioria de que pontual e apenas ocasionalmente desfruta. -----

----- Em vez de uma audição séria e cuidada ao Vereador de Finanças, assistiu-se a 19 junho a uma atamancada apresentação, sem projeção nem explicação, em dia em que todos estávamos sobretudo com a maior das preocupações e comoção, pelo drama que se desenrolava em Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Góis, onde já, aliás, se assinalava e conhecia elevado número de vítimas. -----

----- Nem perguntas, nem respostas foram formuladas nesse dia na Reunião da 1.ª Comissão e mais grave ainda, a Assembleia não tinha ainda recebido, nem sequer distribuído o texto dessa Proposta, nem a mesma tinha sido apreciada em Sede de reunião de Câmara. -----

----- Um verdadeiro atropelo Senhora Presidente. -----

----- E como se tal não bastasse, veio a ser distribuído, no dia da própria reunião da mesma 1.ª Comissão a 23de junho, um Parecer sobre esta Proposta e pasme-se, quando ainda não estava sequer na Assembleia Municipal de Lisboa o texto final da Proposta, nem a transcrição do respetivo registo magnético, ou mesmo o resultado da correspondente votação das forças políticas aí representadas. -----

----- Uma caricatura de democracia, Senhora Presidente. -----

----- Acresce que o Parecer faz menção, sublinhado pelo Revisor Oficial de Contas, e aqui também na apresentação do Senhor Vereador, que existe uma incongruência liminar entre o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL em que se apresentam as contas do Município e o Sistema Nacional de Normalização Contabilística - SNC em que se apresentam, ainda, as das Empresas Municipais.-----

----- Não estando tais sistemas suficientemente harmonizados, nem sequer foi possível, como reitera o Revisor de Contas, e cita-se, ‘determinar o eventual efeito de tal procedimento na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.’-----

----- Este peculiar exercício demonstrativo da Câmara vem assim marcado por flagrante e completa ilegitimidade, não tornando possível uma apreciação fundamentada por parte desta Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Senhora Presidente, não fora a sua oportuna decisão no decorrer da Assembleia do passado dia 27 de junho, de não permitir então, a discussão desta Proposta como constava da Ordem de Trabalhos e o atropelo aos processos seria ainda maior. -----

----- A democracia tem métodos e tem preceitos, sempre para assegurar a defesa da transparência e a segurança de escrutínio das decisões municipais.-----

----- Não é assim que esta Câmara procede. -----

----- Nunca concordaremos e não o aceitaremos. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Deputado, apenas corroborar que, de facto, eu constatei que a Proposta só entrou formalmente na Assembleia Municipal, no mesmo dia em que a 1ª Comissão apreciou o seu Parecer e, naturalmente, dei disso conhecimento a este plenário e, por essa razão, adiei a discussão para hoje, alguma questão que pudesse ter havido aqui, que precisasse de correção, se houvesse elementos diferenciados, se tivesse havido novos dados, a 1ª Comissão teria tido ocasião de, entretanto, os corrigir, não foi caso, porque os dados são os mesmos.-----

----- Em qualquer circunstância, naturalmente, nós temos que cumprir as formalidades legais, como é evidente, mas nunca deixámos de pedir à Câmara que mandasse, com antecipação, os documentos mais complexos para dar mais tempo à sua apreciação e, portanto, fizemos aquilo que sempre fazemos, cada vez que há documentos complexos.-----

----- Reconheço que a votação do Parecer poderia ter esperado pela entrada formal da Proposta, isso não aconteceu, mas também ninguém detetou... -----

----- Desculpem Senhores Deputados estou no uso da palavra se me dão licença, como foi aqui posto em causa o funcionamento democrático da Assembleia eu tenho que dar a minha explicação, que foi dada em sede de Conference de Representantes e também aqui em Plenário. A explicação é esta, não vale a pena dizer mais argumentação. -----

----- A única questão que eu relevo e que essa é muito importante e quero que fique em Ata é que ninguém identificou nenhuma diferença entre os documentos da Proposta que entrou formalmente no dia 23 de Junho, sexta-feira e a Proposta que cá esteve a ser apreciada preliminarmente.-----

----- Vamos inscrever a Senhora Presidente da 1ª Comissão, dará esclarecimentos que entender e vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Na discussão da proposta 379/CM/2017 – Relatório de gestão e demonstrações financeiras consolidadas de 2016 do Município de Lisboa, vou apenas referir umas breves notas da apreciação que o PCP faz sobre a mesma. -----

----- Tal como é referido na introdução do Relatório, o mesmo visa dar cumprimento a obrigação legal. -----

----- Este Relatório agrega e resume os Relatórios individuais da Câmara e das empresas municipais, como também já ouvimos ainda agora aqui o Senhor Vereador na apresentação que fez. -----

----- Esta proposta, este relatório, apenas trata das questões financeiras, não havendo qualquer referência sobre a atividade, propriamente dita, como, aliás, é de lei. -----

----- A consolidação das contas (espelhada nas demonstrações financeiras) não é mais do que a soma aritmética das contas das diferentes entidades individuais, retirando-se as relações intragrupo, isto é, não se consideram os movimentos e saldos entre as diversas entidades, que se anulam entre si. -----

----- Deste modo este Relatório nada acrescenta em relação aos Relatórios individuais, pelo que o PCP irá votar contra, em coerência com as votações anteriores dos Relatórios Individuais. -----

----- Gostaria apenas de referir um facto relevante ocorrido após o encerramento do exercício (que é o aumento de capital da EMEL por conversão de dívida ao Município) e que cito tal como vem lá: ‘A EMEL em 2017 irá proceder a um aumento de capital por conversão de créditos detidos pelo município de Lisboa sobre a EMEL, no valor de 18 milhões de euros, no quadro de expansão da área de intervenção da empresa, que, por força da deliberação nº 2236/AML/2016, de 19 de Junho de 2016, foi alargado a todo o território do concelho de Lisboa.’ -----

----- Deve salientar-se, mais uma vez, como temos vindo a fazer, que o problema principal não são as contas (que são apenas um meio), e que estão bem, estão bem apresentadas, estão certas, estão corretas, estão rigorosas. Portanto, mas o problema não são as contas, mas sim as orientações estratégicas e as prioridades definidas pela maioria para a utilização dos recursos financeiros. -----

----- Como dissemos na Assembleia, aquando da discussão do Relatório e Contas, os documentos mostram o bom estado das contas da Câmara, mas não nos permitem ter uma visão clara e objetiva das políticas que o Município desenvolveu ou pretende desenvolver para a cidade, em 2017. -----

----- Daí o nosso voto contra esta proposta. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente. -----

----- Está em discussão a Proposta nº 379/2017 – Aprovar o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2016. -----

----- O Bloco de Esquerda pretende trazer umas breves notas sobre esta Proposta. -----

----- A primeira tem a ver com o reafirmar da posição do Bloco de Esquerda já assumida aquando da discussão da Proposta n.º 176/2017 que ‘Aprovou o Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2016.’ -----

----- A outra nota tem a ver com o aumento da receita líquida do Município, em particular, nos últimos 3 anos, que tem a ver com a introdução de novas taxas, dos impostos quebrados e da venda de património. -----

----- Com efeito, na Demonstração de Resultados Consolidados verifica-se que o resultado líquido consolidado foi de 61,3 milhões de euros, revelando-se assim, um decréscimo de 141,1 milhões de euros relativamente ao ano anterior. -----

----- Verificou-se um aumento de proveitos de 38,4 milhões de euros, refletindo o aumento da cobrança de impostos no Município, principalmente no Imposto Municipal de Transações (IMT), devido à melhoria da económica, com fortes reflexos do mercado imobiliário na cidade, com efeito o aumento desta receita traduziu-se nos 178,2 milhões de euros, correspondendo assim a um aumento de receita, em 3 anos, de um pouco mais de 40 por cento. -----

----- E, no tarifário de saneamento e de recolha de resíduos sólidos que rendem hoje ao município valores consideráveis que em 2016 representaram cerca de 13 por cento do total da receita corrente líquida cobrada. -----

----- Por outro lado, já aqui deixamos a nossa preocupação pela possibilidade de ser declarada a invalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil e das nossas maiores reservas quanto à evolução do quadro financeiro do Município, pese embora o quadro de grande otimismo que nos é sempre apresentado. -----

----- O nosso voto contra reflete uma atitude responsável de proteção do cidadão e quanto ao futuro desta Cidade. Disse. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- Os resultados financeiros expressos neste documento do qual vimos alguns slides agora, mais parecia um mapa cor-de-rosa, não é, mas parecia, nomeadamente, a receita validam a continuidade da expansão da atividade empresarial económica na cidade de Lisboa.-----

----- É claro que quem olhar para aqueles gráficos que o Senhor Vereador apresentou vai pensar que, provavelmente, que é mérito, que o mérito é deste executivo, porque toda a gente sabe que uma pequena economia, como a portuguesa, aberta, pequena e aberta, e cujo polo principal económico é Lisboa. É lógico que vai com o vento, portanto, toda a gente sabe isso. Portanto, o mérito, aparentemente, que aparece aqui nestes quadros, deve-se pouco ou nada a este executivo. -----

----- Sim, deve-se a algum mérito da direita, sim. Preparou o terreno, preparou o terreno, para os Senhores fazerem, poderem estar a fazer o que estão a fazer, conjuntamente com este clima económico favorável que é europeu e mundial.-----

----- Portanto, quem olhar para aqueles quadros pode pensar que é mérito deste executivo, mas não é. Também é também é.-----

----- No período análogo do ano transato o total das receitas era 370 milhões e neste ano, o Município arrecadou 411 milhões, até maio. Um aumento de cerca de 42 milhões. -----

----- Portanto e espera-se um ano económico com novo record de receita total em virtude, não só do crescimento económico, mas também de imposições legais à inscrição de receita em algumas rubricas económicas.-----

----- Em contraponto o registo financeiro das despesas totais aponta para um decréscimo de 8 milhões de euros face ao mesmo período do ano passado, maio de 2016.-----

----- Estamos perante um exercício financeiro que parece de perfeita execução académica, aumento do total da receita, diminui o global da despesa, será mesmo assim? Com 5 meses de execução é verdade, mas onde estão a ser aplicadas as receitas globais arrecadadas? Em obras de embelezamento e estética? Vendo bem estas folgas já dariam para maquilhar a 2ª circular, não haveria era tempo para as executar até dia e um de Outubro.-----

----- A questão que se impõe é, qual a percentagem de receita que o Presidente está a pensar em usar para diminuir a dívida total do Município e qual o rácio entre a receita para diminuir a dívida total e as obras em curso em Lisboa.-----

----- Também gostaríamos de ter informação detalhada e global das fontes de financiamento de todas as obras em execução na cidade de Lisboa e os prazos de pagamento para os diversos empréstimos.-----

----- Em relação à gestão e demonstrações financeiras, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, aquando da discussão do relatório e contas do Município de Lisboa realçou e reafirmou a sua grande satisfação, pelo facto de, pela 1ª vez, não existirem reparos na certificação legal das contas, mas parece que deitou foguetes antes da festa, como fez agora aqui, ainda por cima num tema do seu pelouro, das Finanças.-----

----- Logo no 1º parágrafo das bases para a opinião com reservas lê-se ‘normativos que não estão suficientemente harmonizados’, portanto isto é a Sociedade Revisora Oficiais de Contas que diz, não sou eu nem é o CDS, não é ninguém, quer em termos de critérios valorimétricos, quer em termos de divulgações, uma vez que o Município não procedeu à homogeneização das políticas contabilísticas adotadas pelas entidades que integram o perímetro da consolidação do setor empresarial local.-----

----- Quem diz são os revisores, não é o CDS. Esta desconformidade no sector empresarial local não permite ao auditor auferir os impactos das atividades das Empresas Municipais, nas demonstrações financeiras consolidadas. Apesar de ainda não ser obrigatória esta conformidade, como referiu há pouco, e bem, entre os sistemas de contabilização em vigor do sistema legislativo, é fundamental que o Município de Lisboa os harmonize o mais rapidamente possível. No início do próximo exercício económico para que este órgão fiscalizador que é a Assembleia possa exercer esta competência nesta matéria, em concreto, com rigor e transparência maior.-----

----- Lisboa esteve na vanguarda da reforma administrativa nacional, porque não aceitar o desafio de se manter na linha da frente também nesta matéria? Ou é preciso vir na lei para depois se fazer a reforma? Pode já tomar essa iniciativa se tem interesse nisso.-----

----- O CDS-PP estranha que o valor de 2015 e 2016 na rubrica do património seja mesmo o nos 2 anos em comparação. Como então é possível se existiu alienação de património 2016? Nós já sabemos qual é a resposta, vendemos mas também comprámos. Agora, pelo mesmo valor, é preciso pontaria, é preciso pontaria para dar o mesmo valor é preciso alguma grande pontaria é que se consegue isso. -----

----- A que se deve o aumento de 35 milhões de euros na rubrica de provisões para riscos e encargos? Quais são os processos judiciais, mais uma vez, esta pergunta é repetida, em curso que justificam este aumento das provisões? Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- O assunto de fundo que esta Proposta tem é um assunto, o relatório de contas da Câmara Municipal de Lisboa, o relatório e contas das várias Empresas Municipais que compõem aquilo que é o sistema de Empresas Municipais que o Município tem já teve uma discussão de fundo, uma discussão muito longa, uma discussão que, na altura, teve até várias reuniões na Comissão de Finanças, uma discussão que teve uma tarde inteira em que tive, na altura, até oportunidade também de intervir. -----

----- E, como tal, neste momento, a única coisa que a Proposta faz é consolidar informações, dados que já são de todos conhecidos e que são de todos, conhecidos há muito tempo, porque a discussão das contra foi feita em Abril passado e que, como o PCP muito bem disse, a única coisa que faz é cumprir uma norma legal e como tal querer começar a discussão de um documento importante como esse, tentando dar aqui uma névoa no meio de tudo isso, como parecendo que não houve tempo suficiente para discutir a Proposta é, das duas uma, ou não saber aquilo de que estamos a falar ou então é querer inventar qualquer tipo de argumentos para não discutir aquilo que é, de facto, importante que é uma performance brilhante que o Município de Lisboa, do ponto vista financeiro, tem tido nos últimos anos. -----

----- E isso é o 1º ponto que o Grupo Municipal do Partido Socialista gostava de poder deixar, até porque se, naquela altura, tivemos oportunidade de argumentar e poder mostrar uma série de pontos importantes em relação às contas da Câmara de Lisboa, neste momento apenas, o Grupo Municipal do Partido Socialista, quer reforçar poucos pontos, apenas aqui também 2 pontos. -----

----- E os 2 pontos que gostávamos de poder reforçar é a solidez das contas das várias Empresas Municipais com um conjunto de capitais próprios positivos, ao contrário daquilo que acontecia, há poucos anos, em que havia Empresas Municipais que, no ponto vista técnico, estavam completamente falidas, com resultados líquidos positivos em todas elas, com a Câmara Municipal, a tempo e horas, a poder também transferir um conjunto de subsídios à exploração para conseguirem permitir que as Empresas Municipais funcionem de forma correta. O que mostra que Lisboa tem um setor empresarial local que cumpre bem a sua função, que tem contas sãs, cumprindo também legalmente todo o tipo de requisitos que a lei 73/2013 obriga. -----

----- Mesmo com a inclusão das contas das várias Empresas Municipais, o Município continua a ter resultados excelentes, como há pouco eu disse, e realço que o passivo

baixa em cerca de 49 milhões de euros, mesmo incluindo as Empresas Municipais todas. E num exercício, isso é algo que é importante, em que houve um reforço de provisões para riscos e encargos o que, se não fosse isso, ainda fazia com que a performance financeira para baixar o passivo fosse ainda melhor.-----

----- E olhando, por exemplo, para o resultado líquido também consolidado de cerca de 61 milhões de euros, volta-se novamente a ter um resultado muito bom o que, aí sim, é que permite investir na cidade de Lisboa sem criar buracos financeiros.-----

----- E esta é que é a diferença que existe entre a governação de Fernando Medina, da sua equipa e, com enorme realismo, com uma visão de futuro e aquilo que foi um passado quando a direita governou a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Até porque se dúvidas houvesse, às vezes, da falta de conhecimento neste tipo de matérias que o CDS tem, a intervenção que ouvimos há pouco foi muito clara, porque nós já tínhamos a noção de que havia muita vezes uma confusão entre dívida e passivo, como todos nós tivemos a capacidade de ver, agora querer que o Município de Lisboa implementasse um sistema de contabilidade diferente daquilo que a lei obriga é, de facto, também querer inventar e num relatório de ROC que não tem nenhuma ressalva, haver apenas um apontamento que é algo que, no próximo ano, com o SNCAP, vai ter a capacidade de poder fazer um conjunto de comparações, é querer, de facto, como não há mais nenhum tipo de argumento, inventar tudo para conseguir não se falar daquilo que é um facto, que é a performance muito boa no ponto de vista financeiro que o Município de Lisboa tem. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, eu lembro que está aberta a urna para votar a eleição do Provedor do Animal, neste caso, Provedora, creio eu e, portanto, sugeria que, a pouco e pouco, pudessem ir cumprir o vosso dever de voto.-----

----- Senhores Deputados, não vão todos ao mesmo tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Mesa, Vereadores da Câmara Municipal, caros colegas deputados, restantes presentes.-----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva, só lhe tenho que dar os parabéns, porque quando houve a reunião da 1ª Comissão, nem slides, nem informação que tentou transmitir aqui, mas não lhe correu bem porque, enquanto na 1ª Comissão tinha todo o tempo do mundo para mostrar os slides que quisesse, aqui o tempo acabou-se e ficamos no slide 13, não sei se isto é um bom presságio ou não, mas, pronto.-----

----- O ecrã da sala 2/3 do 4º piso por ser mais pequeno não estaria à altura dos seus slides, não sei. Senhor Vereador é pena é que, durante a reunião da 1ª Comissão não tenha dado a informação que deu aqui.-----

----- Em relação aos outros números que mostrou aqui do 1º trimestre, naqueles números já está considerado a devolução que vão ter que fazer do imposto, quer dizer, da Taxa de Protecção Civil? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, não temos mais Senhores Deputados inscritos, eu pergunto ao Senhor Vereador se tem... Se faz favor, tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva. -----

----- Desculpe, a Senhora Presidente da 1ª Comissão tinha pedido a palavra, peço desculpa não estava aqui na lista de oradores, a Senhora Presidente da 1ª Comissão tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, foi posto em causa que este Parecer tivesse sido aprovado pela 1ª Comissão quando ainda não tinham vindo oficialmente as Propostas para a dita.-----

----- Acontece que, a pedido do Senhor Vereador das Finanças, que pediu alguma urgência na análise deste processo e, atendendo ao que já foi dito quer pelo Deputado Hugo Xambre, quer pela Deputada Ana Páscoa, trata-se, as contas consolidadas, trata-se da som, no fundo, das contas do Município e das restantes Empresas do Universo Municipal.-----

----- E acontece que para as contas consolidadas, o Município entregou 98 por cento para essa fatia. Além disso, acresce que, quando foi da discussão das contas do relatório da Câmara Municipal, em Abril, foram feitas diversas reuniões onde, inclusivamente, foram ouvidos os dirigentes das Empresas Municipais, embora nessa altura só estivéssemos a discutir o relatório e contas da Câmara Municipal de Lisboa.--

----- Portanto, atendendo ao que tem sido a prática da 1ª Comissão, que é tentar, por um lado, ter a maior discussão possível e fazer uma análise como deve ser das coisas mas, por outro lado, também colaborar com os aspetos legais, muitas vezes que são necessários, ou até a urgência da Câmara, relativamente à aprovação de algumas Propostas, foi nessa medida que foi agendado, tanto mais que, quando foi enviado o Parecer, foi também enviado o que já tinha sido aprovado em Câmara, bem como o Parecer do fiscal único que a única coisa que dizia, como se diz aqui, é não haver uma compatibilidade entre os sistemas utilizados, contabilísticos, pela Câmara e pelas Empresas Municipais à semelhança do que acontece com os outros Municípios. -----

----- E, portanto, atendendo a isso e a que todos os elementos tinham sido fornecidos e que a grande discussão tinha sido feita aquando da discussão das contas da Câmara, como eu disse, contam com 98 por cento para o total. Foi nessa medida que foi agendada essa reunião. -----

----- Se depois disso cada um resolve tirar partido desse facto e com eles. Agora a minha consciência está tranquila. Obrigada. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Deputada, usou o tempo do PNP. -----
----- Vamos então agora dar a palavra Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte
intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----
----- Respondendo a algumas questões que foram suscitadas. -----
----- Começando por tentar resolver, eu percebo, não estão familiarizados com
algumas questões e, portanto, não tendo tempo para tirar dúvidas, admito que algumas
questões não fiquem claras, mas eu acho que fui suficiente claro quando disse que,
neste momento, o sistema contabilístico a que a Câmara está obrigada, é o POCAL, o
sistema contabilístico a que as Empresas Municipais estão obrigadas e o SNC,
portanto, o que existe aqui não tem nada a ver com a Câmara Municipal, tem a ver
com todas as Câmaras Municipais que têm empresas Municipais, porque esta situação
não está ainda, estamos em evolução dos Municípios para o SNCAP, ainda há muito
poucos Municípios que não sejam pilotos a trabalhar com SNCAP e, portanto, não é
uma situação que, de alguma forma, exista algum incumprimento, alguma
incoerência, alguma situação menos regular do Município de Lisboa é um facto que a
legislação foi mexida neste sentido, esta reserva existe há largos anos, aliás, desde que
há esta diferença e ela não fica a dever-se a nada que o Município tenha feito ou
deixado de fazer, mas sim a uma incoerência legal, que causa esta dificuldade. -----
----- Portanto, escusam de estar a criar nuvens de fumo sobre este assunto, porque não
há aqui nada a ser apontado ao Município, qualquer outra situação é que seria
anormal. -----
----- Depois deixa-me dizer que, como ficou claro por um bom número das
intervenções, não há aqui nenhuma novidade. Um processo de consolidação é algo
que não é estritamente, mas é esmagadoramente contabilístico. É juntar as contas das
Empresas e do Município retirando-lhe as operações internas entre as Empresas umas
com as outras e o Município com as empresas. Portanto, não há aqui nada de novo.
Por isso só podemos interpretar a posição, quer do PSD quer do MPT, como uma
posição que só tem a ver com um processo em que estamos, o processo eleitoral, não
há mais nada para dizer sobre as contas porque elas, de facto, são muito boas, são as
melhores de sempre do Município e, portanto, como não há nada para dizer,
inventam-se umas quantas situações para criar incidentes técnico processuais e é essa
a grande questão. -----
----- Só culpa o piso, só culpa o piso quem não sabe dançar, essa é que é a grande
verdade. -----
----- O mérito, ainda por cima, desta consolidação não é meu sabe, Senhor Deputado,
eu estou a esclarecer-lhe mais uma coisa, o mérito, isto é uma questão estritamente
técnica, são os serviços que, já agora, ainda aproveito, mais uma vez estão de
parabéns, fizeram um excelente trabalho. -----
----- Depois também para dizer ao Senhor Deputado José Casimiro, mais uma vez,
tenho que corrigi-lo para lhe dizer que não houve nenhum aumento de impostos nos
últimos anos, temos ou as melhores taxas, a melhor performance do ponto de vista dos

impostos e das taxas da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, não houve, no ano passado, é preciso não confundir 2 conceitos, não houve nenhum aumento da carga fiscal, o que houve um aumento da base de incidência, ou seja, nós não mexemos nas percentagens, o que aconteceu foi que a economia está mais dinâmica e portanto, é possível cobrar mais impostos, quer na derrama quer no IMT que foi o que fez aumentar significativamente a receita.-----

----- Depois, é impressionante, o Senhor Deputado Gabriel Fernandes ter dito que, de facto, não há nenhum mérito do nosso executivo é interessante que diga isso, porque, de facto, os Senhores encontram imensos deméritos, uns mais inventados do que outros, porque ninguém é perfeito, mas os Senhores encontram imensos deméritos.

----- Agora que, de facto, as contas estão positivas e nós conseguimos fazer algo de muito importante para o Município de Lisboa que foi regularizar as suas contas, passámos a ter contas certas, reconhecidas por todos, certificadas sem reservas, os Senhores vêm dizer que não há nenhum mérito nosso, então e já agora esclareça-me lá, há algum demérito, quando deixaram a Câmara no estado em que deixaram em 2007? É porque os Senhores deixaram a Câmara praticamente falida, portanto, pelo menos aí houve demérito, há uma coisa então que não nos podem acusar é que nós tenhamos degradado a situação financeira da Câmara, pelo contrário, nós melhorámo-la. Algum mérito há de haver nisso.-----

----- Agora deixar as contas no estado em que os Senhores as deixaram e o Município a dever 500 milhões de euros, no dia 31 de Dezembro a fornecedores é que eu acho que é isto extraordinariamente gravoso para o Município e, isso sim, é uma situação de grande demérito.-----

----- Dizer-vos também e para terminar que à pergunta, que situações é que estão contempladas nas provisões, nomeadamente, para processos judiciais, o que fez agravar a situação das provisões, o aumento de provisões tem a ver com a evolução quer do processo Bragaparkes quer do processo Arez Romão, mas é preciso não esquecer que nós conseguimos melhorar em mais 600 milhões de euros o passivo Municipal, uma parte significativa ficou-se a dever à melhoria da dívida e outra à resolução de uma enorme quantidade de passivo que estava associado a processos judiciais que foram herdados por esta maioria, nomeadamente, o Bragaparkes, o Vale de Santo António, as Torres do Colombo, só para citar algumas centenas de milhões de euros.-----

----- Por último, gostava de lhes dizer e reafirmar aquilo por onde comecei, é que o que hoje denota este debate político, isto é muito importante, e que a direita ficou muito acossada sobre esta matéria, porque, de facto, a direita não tem nada para dizer sobre esta matéria, porque tudo o que pode dizer vem agravar o estado em que deixaram Município em 2007 e, portanto, como nós temos uma performance da qual nos podemos orgulhar, nós podem-nos orgulhar, aqueles que se relacionam connosco, reconhecem-no, os nossos auditores reconhecem-no, o sistema bancário português e europeu reconhece, digam-nos lá um Município do PSD, ou da direita portuguesa, que tenha conseguido um empréstimo do BEI nas condições em que nós conseguimos? Digam-nos lá! É que estes empréstimos não são concedidos pelos lindos olhos de

ninguém, á pela performance, pela qualidade das contas apresentadas e pela qualidade financeira e da performance financeira das organizações e disso, nós podemos-nos orgulhar e os Senhores não se podem orgulhar de nada disso.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou: -
----- “Terminou Senhor Vereador?”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, respondeu e continuou:-----

----- Não. Falta só uma última coisa, Senhora Presidente.-----

----- Só para dizer também, aliás, 2 últimas coisas, que não podemos, Senhor Deputado Vasco Santos, a colocar em contas, muito menos em contas, mas em orçamento, nada que tenha a ver com a Taxa Municipal de proteção Civil. Eu também sei, sendo o Senhor uma voz da direita portuguesa e da direita desta Câmara, no seu caso, que é uma direita especial, é certo, mas dizer que não podemos colocar na nossa dívida uma coisa que não é dívida. Nós contamos que não seja, fazemos tudo para que não seja, que é a situação da Taxa Municipal de Proteção Civil.-----

----- O que aconteceu foi que o Senhor Provedor de Justiça enviou para o Tribunal Constitucional para que o Tribunal Constitucional verifique a constitucionalidade. Isso aconteceu com inúmeras taxas, para já com vários orçamentos da direita, aliás, vários deles em que o Tribunal Constitucional veio dar razão àqueles que desconfiavam da constitucionalidade. Até agora, o Tribunal Constitucional não se pronunciou e pronunciou-se favoravelmente aos Municípios em várias situações, na Taxa de Publicidade, na Taxa de Conservação de Esgotos, na Taxa de Extração Minerais, na TRIU, e, portanto, não nos leva a crer que nenhuma destas situações venha a, que todas estas situações positivas vêm dar-nos razão àquilo que foi a nossa construção da Taxa Municipal de Proteção Civil e é com isso que nós contamos relativamente à constitucionalidade.-----

----- E para terminar Senhora Presidente que a gostava de dizer que a direita portuguesa tem, nos últimos tempos, tido esta dificuldade que é: que vê tudo extraordinariamente negativo, a qualquer momento aparece o diabo num sítio qualquer e quando o diabo não aparece, por muito que seja invocado, então refugiam-se nas questões processuais e nas questões de procedimento nas organizações e até fazem uma coisa interessantíssima que é à semelhança daquelas crianças quando ficam zangadas com um resultado, fogem com a bola também de vez em quando saem desta Câmara para se refugiarem na negação da discussão e na ausência à discussão democrática sobre os assuntos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, creio que terminámos as intervenções, a Senhora Segunda-Secretária não assinala mais nenhum pedido de palavra.-----

----- Estamos em condições então de votar a Proposta 379/CM/2017.-----

----- Voto da **Proposta nº 379/CM/2017** – ‘Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidados 2016’. A Proposta 379/CM/2017 foi **aprovada por**

maioria, votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, abstenções do PAN, votos a favor do PS, PNP, 5IND.-----

----- Peço desculpa, Senhores Deputados Independentes, eu tenho que assinalar quantos Deputados Independentes estão presentes. Peço desculpa, na sala estão presentes 5 Senhores Deputados Independentes, porque eu também conto, o outro Senhor Deputado Independente está presente mas não está na sala, portanto não participa na votação, é um voto a menos, mas de qualquer maneira, a maioria está assegurada com o voto do PNP e, portanto, está assegurada a maioria.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- A Proposta 259/CM/2017 é absolutamente imprescindível estar presente a Câmara para a apresentar, o Senhor Vereador Manuel Salgado está a chegar, eu pedia que nós avançássemos para o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, porque não podemos, naturalmente, discutir esta Proposta na ausência do Senhor Vereador, ele está a chegar.-----

----- Vamos passar o ponto 3 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 55/CM/2017 - PLANO DE DADOS ABERTOS PARA A CIDADE DE LISBOA PARA 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 2.ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (A Proposta nº 55/CM/2017 e o seu anexo ficam anexados à presente Ata, como Anexo VII e Anexo VIII e dela fazem parte integrante).-----

----- (O Parecer da 2ª Comissão Permanente relativa à Proposta 55/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-

----- “Vamos passar ao Ponto 3 que é o Plano de Dados Abertos para a Cidade de Lisboa.-----

----- Temos aqui assim o Plano de Dados Abertos, pergunto à Câmara se alguém apresentar Proposta 55/CM/2017? O Senhor Vereador João Paulo Saraiva não tem notícia disso, não está ninguém presente da Câmara para apresentar, ou prejudicamos, se alguém entender que é fundamental a Câmara estar, prejudicamos a Proposta, se não entender, vamos passar à apreciação do Parecer sobre a mesma.-----

----- A Proposta é de que, Senhor Vereador, um momento só, deixem-me só verificar o que é que se passa. É do Senhor Vereador Jorge Máximo. O Senhor Vereador Jorge Máximo não está presente, não o vejo aqui assinalado, portanto, eventualmente, os Senhores Vereadores façam favor de me informar, se algum dos Vereadores está em condição de apresentar esta Proposta.-----

----- Ninguém me assinala isto, o Senhor Vereador não está presente, ninguém da Câmara está presente, a Proposta é adiada.-----

----- Ah, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva está em condições de apresentar. Então, Senhor Vereador João Paulo Saraiva, faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora bem, a Proposta é sobre Dados Abertos é uma Proposta de extrema importância para a cidade e para todo o seu sistema de apoio ao empreendedorismo, é uma cidade sustentável e global que permite que os seus cidadãos e o seu mundo empresarial conheça um conjunto de informações que possa trabalhar e disponibilizar um conjunto de ferramentas que sejam úteis para que os cidadãos possam gerir melhor a sua vida individual e que as empresas possam gerir melhor a sua vida empresarial. ---

----- Ela resulta, esta política de Dados Abertos de uma parceria com a múltiplas forças vivas da cidade, públicas e privadas, que, generosamente, e tendo toda a consciência da importância destas políticas de Dados Abertos para o desenvolvimento das cidades, disponibilizam esses mesmos dados, de forma a que, numa única plataforma, possam ser acessíveis e possam contribuir para o referido desenvolvimento que eu há pouco me referi. -----

----- Portanto, é esse mesmo plano que está à vossa discussão, que foi debatido nas Comissões e que agora temos muito orgulho em vos apresentar a esta Câmara para debate e apreciação final. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, esta Proposta teve um Parecer da 2ª Comissão permanente, o Senhor Relator é o Senhor Deputado Vítor Gonçalves, pergunto se quer apresentar o Parecer? Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu apresentaria a Proposta e depois a intervenção do Partido Social Democrata, se não se importa Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros Senhoras Deputadas e Deputados. -----

----- Esta Proposta é, de facto, uma inovação que interessa salientar na medida em que tenta, vai, disponibilizar, à consulta de qualquer cidadão, de uma maneira bastante simples, através de uma aplicação, através do acesso por telemóvel, ou *ipad* ou do computador, de um conjunto enorme de informações que são detidas pela Câmara, além dessas informações detidas pela Câmara, também tem informações detidas por outras instituições, que se associaram à Câmara neste projeto. -----

----- Portanto, só temos que louvar que isto vem sendo feito desde 2016, está a ser completada em 2017, o Senhor Vereador Jorge Máximo fez a apresentação na 2ª Comissão. -----

----- Eu tive a preocupação e o cuidado como era o relator de falar igualmente com o Senhor Doutor João Tremoceiro que é o responsável na Câmara por esta área e, de facto, reconhecemos que é importante. -----

----- E é importante, principalmente, porque se for adotada de maneira consciente, de maneira perfeita, dá transparência à Câmara que é uma coisa que faz falta, é uma coisa que faz falta, a transparência à Câmara é uma coisa importante e não é uma

coisa que abunde muito nesta Câmara, portanto, é ótimo que haja a hipótese, é ótimo que haja hipótese de ter o contacto. Estes dados não são dados, não são trabalhados, estes dados são dados em bruto, que são utilizados depois por quem quiser, pelos cidadãos, da forma que entenderem e podem até gerar grandes empreendimentos, ou seja, grandes a criações de serviços através da adoção de aplicações que se baseiem nestes dados.-----

----- Portanto, a União Europeia diz que isto, até ao ano 2020, pode criar na Europa 100 mil postos de trabalho, o que é uma coisa impressionante, e tem uma geração de valor de cerca de 17 milhões, isto com a utilização desta informação que não é só aqui em Lisboa que está a ser feita, está a ser feita noutros Municípios e está a ser feita a nível internacional. -----

----- Portanto, tudo o que dê transparência à Câmara é importante. -----

----- Portanto é esta a apreciação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora o PSD que, naturalmente, vai votar a favor esta Proposta. Vai reconhecê-la como válida, exatamente porque, de facto, dota os cidadãos de Lisboa com ferramentas importantes nos termos da avaliação daquilo que são os dados disponíveis na Câmara e permite a todos uma maior fiscalização da atividade da Câmara que, nalgumas áreas, é um bocado nebulosa, e isso é importante, acabar com alguma opacidade da Câmara. Se isto conseguir e muito, bem haja, e é a forma que, de facto, todos os lisboetas estão mais seguros do trabalho da sua Câmara e todos os lisboetas ficam mais seguros com a hipótese de poderem fiscalizar o que até agora nem sempre é possível. Muito obrigado.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhores Deputados, não temos mais Senhores Deputados inscritos, portanto a Mesa vai pôr à consideração a Proposta 55/CM/ 2017.-----

----- Senhor Vereador, desculpe, eu não vi. O Senhor Vereador João Paulo Saraiva pediu a palavra, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não querendo eu também semear a discórdia em Proposta alheia, deixe-me só dizer, Senhor Deputado, que a Câmara Municipal de Lisboa já tem um conjunto de mecanismos que a tornam uma Câmara muito transparente, nomeadamente, só para agora, para lhe dar essa noção, o Senhor Deputado e o seu grupo do PSD pode escortinar, por exemplo, tudo o que está no nosso sistema de gestão, porque têm as mesmas permissões que eu Deputado, que eu Vereador das Finanças, para poder analisar as contas. Se não fazem, não sei porque é, podiam fazê-lo mais, é quando quiserem, como quiserem, temos as nossas contas que são completamente transparentes, os nossos processos internos completamente transparentes e, portanto, quando se cingiu exclusivamente à questão da transparência é redutor ela vai

aumentar certamente porque mais pessoas vão poder escortinar, mas não é por falta de capacidade de escrutínio que vossas excelências não podem dizer o que lhes apetece com base em dados que não é aquilo que não têm feito ao longo deste tempo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Vítor Gonçalves, naturalmente dou-lhe a palavra.-----

----- Tem tempo, não é necessário invocar o direito de resposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Deputadas. ----

----- Eu agradeço imenso a intervenção do Senhor Vereador Saraiva, porque era esta mesma intervenção que eu estava à espera.-----

----- Porque se há pessoa que não tem transparência em termos daquilo que faz em termos de algumas atividades das Finanças é o Senhor Vereador Saraiva que transfere para uma associação privada, de direito privada, centenas de milhares de euros em património em dinheiro e nós não fazemos a mínima ideia o que é que essa associação faz a esse dinheiro, não fazemos a mínima ideia e é ele o responsável. É ele que se afirma de esquerda, mas no fundo é mais extrema-direita que o Casal Ribeiro era no tempo da Assembleia Nacional quando se dirigia, a maneira como ele se dirige aos Deputados do PSD e do CDS, é a mesma que Casal Ribeiro se dirigia a Sá Carneiro, a Pinto Balsemão e aos Deputados. É Tal e qual. Quem está a ouvir, quem tem memória, quem o está a ouvir é tal e qual o Casal Ribeiro. Portanto ele tem o ADN da extrema-direita e é isso que nós temos que ver.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, eu peço que cada um fique com as suas opiniões, naturalmente, mas vamos prosseguir. Vamos prosseguir e vamos então pôr à votação a Proposta 55/CM/2017 Plano de Dados Abertos para a cidade de Lisboa.-----

----- Oh Senhor Deputado, não se importa, o seu lugar, porque vamos entrar numa votação e nós aqui nas votações respeitamos o silêncio para todos poderem votar em consciência.-----

----- Voto da Proposta nº 55/CM/2017 – ‘Plano de Dados Abertos para a cidade de Lisboa’. A Proposta 55/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

PONTO 2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 259/CM/2017 - ALIENAÇÃO SOB A FORMA DE COMPLEMENTO DE LOTE DE DUAS PARCELAS DE TERRENOS MUNICIPAIS, SITAS NA AVENIDA 24 DE JULHO E RUA D. LUÍS I, À LXTEJO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE

**SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;
PARECER DA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE**

----- (A **Proposta nº 259/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 259/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E vamos então voltar atrás, ao Ponto 2, já está presente o Senhor Vereador Manuel Salgado que nos vai apresentar Proposta 259/CM/2017 que é a alienação em complemento de lote de duas parcelas de terreno municipais na Avenida 24 de Julho.--

----- Eu queria a dizer ao Senhor Vereador Manuel Salgado que já dei conhecimento aqui à Câmara que esta Proposta está condicionada, a sua execução está condicionada à entrada em vigor do Plano de Pormenor de Boavista Nascente, já está nesta Assembleia e entrou antes desta Proposta, mas que ainda não foi apreciado a Assembleia, portanto, caso a Assembleia delibere, terá que se acrescentar ao texto deliberativo da Proposta, o condicionamento a essa condição que está expressa nos considerandos, considerando capa da Proposta. Isso tem que ficar claro na parte deliberativa é apenas isto que eu queria dizer o Senhor Vereador. Faz favor de apresentar a resposta.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, muito boa tarde se todos.-----

----- A Senhora Presidente, mas isso é exatamente uma das condições de aprovação de homologação favorável do PIP que foi a alteração do plano de pormenor e a autorização da Assembleia Municipal para a alienação, em complemento de Lote daquelas 2 parcelas.-----

----- Portanto, isso está implícito na própria Proposta que ela só terá efeito a partir da alteração ao plano de pormenor e portanto, nesse aspeto eu estou totalmente o acordo, não só com o Parecer elaborado pela Comissão como com aquilo que a Senhora Presidente acabou de referir. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Primeira-Secretária, desculpe, mas está a haver aqui uma questão com o Grupo Municipal, vamos prosseguir então.-----

----- Esta Proposta já foi apresentada, a 1ª Comissão pronunciou-se e tem um Parecer da 1ª Comissão da Senhora Deputada Irene Lopes, pergunto se ela quer apresentar o Parecer. A Senhora Deputada vai apresentar o Parecer.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, eu queria apresentar o Parecer mas, também, depois, se fosse possível, dizer alguma coisa na qualidade de membro do Partido Socialista.-----

----- Também enquanto Relatora do Parecer. No próprio Parecer é salvaguardada a questão que a Senhora Presidente à um bocadinho levantou, no fundo, esta Proposta

está condicionada, o PIP estava condicionado a 2 aspetos. Por um lado, a alienação como complemento de lote dos terrenos da Câmara e, por outro lado, a serem aprovadas aquelas alterações às normas provisórias Plano de Pormenor Nascente da Boavista e, portanto, consideramos que está em condições de ser aprovado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora em termos de Partido Socialista e também na minha qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, queria dizer que é de todo o interesse que esta Proposta seja aprovada pelo seguinte: isto já data de 2012 em que foi apresentado um projeto urbanístico à Câmara, logo nessa altura, foi considerado favorável desde que fossem alienados, pela Câmara Municipal, dois lotes como complemento. Portanto, deu-se a crise, em 2015 foi novamente apresentado este projeto, aliás, um PIP sobre isto e a Câmara deu o seu Parecer favorável também deste que fossem alienados os tais terrenos como complemento de lote e, por outro lado, que fosse também alterado o plano de pormenor da rua da Boavista nascente, portanto interessa-nos a nós que a zona seja dinamizada. Foi para lá a EDP, mas houve várias empresas que saíram, a própria Câmara Municipal criva bastante movimento na zona, também saiu praticamente todos os seus trabalhadores. Interessa-nos que este seja aprovado na medida em que também, as alterações ao Plano de Pormenor são no bom sentido, ou seja, dão um limite de 20 por cento para o turismo e aumentam a habitação de 20 para 25 por cento. Embora nós, quando digo nós é a Freguesia da Misericórdia, gostávamos que fosse mais. De qualquer modo o mínimo de habitação, passou de 20 para 25 e o máximo do turismo passou para 20 e, portanto, isto só entrará em vigor quando for aprovado aqui as alterações ao Plano de Pormenor da Boavista, de qualquer modo o Partido Socialista entende que era positiva aprovação disto para todos. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, calos membros da Câmara, do Executivo, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- A Senhora Presidente, há bocado, quando se referiu a mim, a dizer que cada um fica que os com as suas opiniões, eu agradecia que a Senhora Presidente dissesse isso a toda a gente, porque cada um, naturalmente, fica com as suas opiniões. Não é isso apenas ser reservado a algumas pessoas, nomeadamente, àquelas que são do PSD, não é propriamente uma forma correta de dirigir os trabalhos e eu faço, por isso, um protesto. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhor Deputado, eu não me estava a dirigir a si em particular, não foi só o Senhor Deputado que falou naquele debate, quando eu disse que cada um fica com as suas opiniões é que cada um fica com as suas opiniões. Não foi só o Senhor Deputado. Mas fiz mal, peço desculpa. Se o Senhor Deputado se sentiu incomodado peço desculpa, não era essa a minha intenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Está desculpada Senhora Presidente. -----

----- Relativamente a esta Proposta, eu chamo à atenção que não foi aprovada, ainda, a alteração ao Plano de Pormenor da Boavista Nascente, não foi aprovada e está, de facto, na 3ª Comissão há bastante tempo, foi um Deputado do Partido Socialista, não interessa quem, que ficou encarregue de fazer, penso que apenas hoje fez chegar o seu Parecer aos Deputados da Comissão. -----

----- Portanto, em bom rigor, esta Proposta não deveria ser aprovada, porque aprovar Propostas condicionadas, só no caso, é, de facto, só no caso das grandes empresas, só no caso dos grandes interesses, porque se fosse outro caso qualquer, se não fosse a EDP que estivesse por trás disto, e a EDP tem uma semelhança bastante grande com a Câmara, também cobra taxas que é uma coisa horrorosa, portanto, não fosse a EDP outro qualquer empreendedor, naturalmente, teria que esperar, e teria que esperar algum tempo, aliás, nem sequer haveria alterações do Plano de Pormenor, porque a alteração do Plano de Pormenor é à medida exata dos interesses da EDP como, aliás, é habitual todo o planeamento ser feito à medida dos interesses dos grandes empreendedores, ou de alguns privilegiados empreendedores desta cidade.-----

----- Portanto, eu acho que eu acho que não deve, esta forma não é a correta, esta forma é antecipar, é favorecer, eu só chamo a atenção da diferença de procedimento. --

----- Lembram-se da Torre das Picoas? Andaram 10 anos a tentar convencer a Câmara e só, a desculpa é que o PDM ainda não está aprovado, e já estava em discussão pública há vários meses. Não está aprovado, passado poucos meses foi aprovado e ninguém esperou. Logo, o BES ou o GES comprou aquele terreno.-----

----- É só ver como se tratam de forma diferente os empreendimentos em Lisboa, os empreendedores e qual é a transparência que existe nesta cidade. Muito obrigado.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, não tenho mais inscrições, Senhor Vereador quer usar da palavra?”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- É só para dizer que, de facto, acho inadmissível esta intervenção do Senhor Deputado do Partido Social Democrata, porque, de facto só vem para aqui dizer, desculpe a expressão, e espere, eu vou dizê-la mesmo, alarvidades que são absolutamente inadmissíveis, Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador, eu peço desculpa, mas é uma palavra que é um pouco forte. ---

----- Oh Senhores Deputados....-----

----- O Senhor se se sentiu ofendido, eu chamei à atenção já o Senhor Vereador que não devia usar esta expressão. O Senhor Deputado não ouviu, mas eu chamei à atenção, eu não posso estar a fiscalizar as palavras das pessoas, as pessoas são responsáveis e são conscientes, chamo apenas à atenção quando entendo que o devo fazer e fi-lo, e fi-lo Senhor Deputado! O Senhor também fez ali afirmações, o Senhor Deputado também fez afirmações que entendeu fazer e a Mesa não o impediu de fazer, A Mesa não o impediu de fazer, nem podia, nem podia Senhor Deputado, nem podia. -----

----- Senhores Deputados, o Senhor Deputado Vítor Gonçalves expressou a sua opinião, o Senhor Vereador Manuel Salgado sentiu-se e respondeu com uma expressão que eu considere que ele não devia ter utilizado, mas utilizou. Os Senhores Deputados agora, se quiserem, voltam a exigir direito de resposta, senão volto a dizer o que já disse há pouco: cada qual fica com aquilo que disse. -----

----- Não posso fazer outra coisa, Senhor Deputado, não posso fazer outra coisa, não posso fazer outra coisa, Senhor Deputado.-----

----- Se os Senhores Deputados estivessem na Assembleia da República, como eu estou, sentada, por acaso, muito perto da vossa bancada, a ouvir o que é dito pelos vossos colegas Deputados relativamente a membros do Governo que estão a usar da palavra, os Senhores Deputados pensariam 2 vezes. -----

----- Mas as coisas são o que são. Eu, muitas vezes digo, muitas vezes digo que se estivesse a Presidir à Assembleia da República não consentiria essas expressões, e aqui, quando as oiço, chamo à atenção, é tão simples quanto isto. Cada qual tem a seu critério, mas a obrigação da Mesa é que se usem termos de urbanidade nestes debates para manter a sua democracia. -----

----- Senhores Deputados, vamos então prosseguir. Eu não tenho mais Senhores Deputados inscritos. Esta Proposta, naturalmente, só pode ser aprovada sob o condicionamento, conforme eu esclareci e a condição, eu iria explicitá-la, é a seguinte: a parte deliberativa da Proposta teria que se acrescentar, sob condição de cumprimento do disposto no considerando K desta Proposta. O considerando K desta Proposta é o que tem a ver com a entrada em vigor da alteração ao Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente. Nem sequer é com a aprovação, é com a entrada em vigor.-----

----- Portanto, é isso que está aqui e é esse o condicionamento que tem que ser colocado, sem o que a deliberação não poderia ser tomada.-----

----- Nestas condições, eu vou pôr à vossa consideração, os Senhores Deputados...-----

----- O Senhor Deputado inscreveu-se? Não me veio aqui... Peço desculpa, eu peço desculpa ao Senhor Deputado, estava aqui muito agitado deste lado e eu não me virei para esse eu peço imensa desculpa, isto não é um hemiciclo. Não, eu peço desculpa. Se faz favor. -----

----- As minhas Secretárias nem sempre conseguem comunicar comigo quando eu estou envolvida nestes procedimentos de dirigir os trabalhos, portanto, eu peço desculpa. Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas, funcionários.-----

----- A presente Proposta nº 259/2017 vem dar continuidade a um PIP homologado pela anterior Proposta nº 835/2015, na qual a LX TEJO pretende concretizar uma das condições fixadas pelo Município, com a aquisição de duas parcelas de terrenos municipais em complemento de lote, sitas na Avenida 24 de Julho e Rua D. Luís I, com as áreas de 61,94 m² e 304,05 m², necessárias para a concretização do seu projeto.-----

----- Em primeiro lugar, e de acordo com o portfólio disponível na página web da empresa, trata-se de um edifício misto (para habitação, serviços e comércio) que completará o quarteirão, dando continuidade à frente edificada que acompanha a 24 de Julho, incluindo apartamentos de tipologia entre T4s e T6s, com áreas variáveis entre os 300 m² e 400 m². Pergunta-se: qual o impacto funcional que este edifício misto trará aquela zona da cidade, designadamente, a nível da mobilidade?-----

----- Em segundo lugar, é referido numa informação datada de 3 de maio de 2017, que os acertos dos benefícios e encargos serão, vou citar, ‘quantificados no contrato de urbanização a celebrar com os proprietários’. Pode o Senhor Vereador esclarecer de que acertos se trata?-----

----- Em terceiro lugar, a área insere-se no âmbito do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, plano ainda por deliberar pelos órgãos do Município. Ora acontece que o projeto advém de uma tentativa de operação urbanística que já vem de 2012, ao qual, 2 anos depois, não foi dada continuidade por vicissitudes várias relacionadas com o particular, razões talvez circunstanciais, mas não cabalmente explicadas a esta Assembleia.-----

----- Em quarto lugar, mais se diz que a atual “proposta urbanística apresentada por aquele PIP se enquadra nas alterações previstas no projeto de alteração daquele Plano”. Será realmente assim? É que, Senhor Vereador, se lermos mais atentamente o despacho, este, da chefia da Divisão de Planeamento Territorial, datado de 28 de outubro de 2015, e contido no Anexo I do dossiê documental do processo nº 744/EDI//2015, da proposta nº 835/2015, o que constatamos é o seguinte e passo a citar: ‘há intenção (da Câmara, claro) de proceder a alterações ao Plano, sublinho, a alterações do Plano, no sentido de acomodar diversas adequações à realidade e às intervenções dos proprietários’, clarificando mais à frente, e para que não reste dúvidas, volto a citar, ‘o projeto tal como é presente é viável (...) desde que se introduzam as alterações ao Plano’!-----

----- Perguntamos, afinal é o PIP que deve ser enquadrado na revisão prevista no projeto de alteração daquele Plano ou é o Plano que terá de se adaptar aquele PIP?-----

----- Em conclusão, Senhor Vereador, aparenta registar-se aqui uma grave inversão de valores, parecendo-nos que o Município tenciona ficar disponível para, muito

estranhamente, vir a adaptar os instrumentos reguladores aos interesses imobiliários dos privados.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Eu aproveito, já que não tenho mais pessoas inscritas, o Senhor Vereador, naturalmente, vai responder, mas eu gostava de clarificar aqui uma coisa para que as coisas fiquem muito claras.-----

----- A informação que eu tenho da documentação que chegou à Assembleia Municipal para ser agendada, tenho uma Proposta nº163 intitulada estabelecimento de normas provisórias por motivo de a alteração do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, que entrou em 3 de Abril e tenho esta Proposta nº259 que entrou bastante mais tarde.-----

----- A pergunta que eu gostava que o Senhor Vereador esclarecesse cabalmente é se as alterações ao Plano de Pormenor do Aterro Boavista Nascente, se estão consubstanciadas nestas normas provisórias da Proposta nº163 ou se há outras alterações que nós desconhecamos. Porque se são estas nós já as conhecemos, já estão na Assembleia Municipal, já foram discutidas, portanto, é isso que eu gostaria que ficasse perfeitamente clarificado, o Senhor Vereador fazia o favor de clarificar.-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Todas as alterações que constam da Proposta que está neste momento em apreciação na Assembleia Municipal, de alteração ao Plano de Pormenor da Boavista Nascente, visam, única e exclusivamente, a alteração dos usos, dar flexibilidade no que diz respeito aos usos.-----

----- E porque é que isto é importante? É importante porque quando o Plano foi aprovado em 2012, os proprietários de várias parcelas eram uns e hoje são outros e usos que na altura propuseram à Câmara e que ficaram contemplados na versão inicial do Plano, não são os usos que hoje os novos proprietários pretendem que sejam tidos em consideração e, por isso, aquilo que fizemos, para que o Plano não continue bloqueado por mais não sei quantos anos, foi fazer uma Proposta de alteração ao Plano de Pormenor que mantém rigorosamente a mesma implantação dos edifícios, a mesma altura, mas admite que possa haver flexibilidade dos usos.-----

----- Aliás, este é o caminho para o qual o chamado Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial caminha, que é o de atribuir esta flexibilidade e é exatamente isso que se está a passar neste caso.-----

----- Aquilo que o promotor, neste momento, do PIP que submeteu à Câmara e que foi aprovado, ou melhor, foi homologado favoravelmente com 2 condições: primeiro aprovação das alterações ao plano, segundo a alienação das parcelas em complemento de lote. Aquilo que propõe é como diz o Senhor Deputado de Os Verdes, um edifício de usos mistos mas, predominantemente, habitacional.-----

----- Nesta alteração do Plano de Pormenor, o que se fez foi aumentar a percentagem de habitação e reduzir a percentagem de turismo, conforme foi referido, pela Senhora Deputada Irene Lopes. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, está dada a resposta da Câmara. Pergunto se estamos em condições de votar?-----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro inscreveu-se? Se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, esta intervenção do Senhor Vereador admitindo outras situações de flexibilidade, como ele disse, põe uma questão muito séria. É que, ou é a questão destas 2 parcelas, ou eventualmente, a questão de outras parcelas e de outras situações, eventualmente, a serem criadas.-----

----- Portanto, creio que a nossa parte se, realmente, fica esta nebulosa, se fica esta nebulosa...-----

----- Estava a dizer que da intervenção do Senhor Vereador resulta o acrescento, digamos assim, da confusão sobre a situação atual, ao que parece, poderão existir outras situações mais adiante. Então o melhor é arrumar, de facto, um instrumento principal e só depois ir às aglutinações e é isso que propomos, Senhora Presidente. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- E propõe muito bem, Senhor Deputado. É muito sensato que está a dizer e é o que nós vamos propor também, uma vez que a Proposta nº163 já cá está há muito tempo, já devia ter sido agendada, não foi. Peço, então, urgência à 3ª Comissão para se apreciar a Proposta nº163 e na próxima oportunidade vamos agendar a Proposta nº163, que são as normas provisórias da alteração do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente e, aprovada essa Proposta, poderemos apreciar esta Proposta sem mais condicionamentos, apenas o condicionamento da entrada em execução, porque não é só a aprovação, é a entrada em execução.-----

----- Portanto, penso que isto assim fica mais claro, eu só peço que a 3ª Comissão, faça o favor, então, de me dar esse Parecer que já está um pouco atrasado.-----

----- Muito bem, está agendado, isto não fica aqui parado e as coisas avançam com a sua normalidade que é o que é necessário.-----

----- Sendo assim, este assunto fica adiado, será reagendado juntamente com a Proposta nº163.”-----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 001/2ªCP/2017 - DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O DEBATE TEMÁTICO “A ECONOMIA NA CIDADE E O TRABALHO”; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; RELATÓRIO DA 2ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE O DEBATE TEMÁTICO “A ECONOMIA NA CIDADE E O TRABALHO”; RELATÓRIO**

FINAL COMPLETO DO DEBATE TEMÁTICO COM AS ATAS DAS SESSÕES E OS DOCUMENTOS APRESENTADOS

----- (A **Proposta nº 001/2ªCP/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Relatório da 2ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 001/2ªCP/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E vamos agora passar aos pontos relativamente, eu lembro aos Senhores Deputados que já temos quórum na votação lá dentro, mas se alguém ainda não teve ocasião de ir votar na designação do Provedor dos Animais, poderia fazê-lo ainda. -----

----- E vamos entrar no Ponto, na Proposta de deliberação final sobre a temática Economia na Cidade e Trabalho. -----

----- Esta deliberação final resulta do Relatório que foi apresentado pela 2ª Comissão Permanente e cujo Relator é o Senhor Deputado José Leitão. Portanto, eu gostaria de perguntar ao Senhor Deputado José Leitão se quer apresentar? O Senhor Deputado José Leitão prescinde da apresentação do seu Relatório. -----

----- Não está ninguém inscrito mas há uma Proposta de alteração do Bloco de Esquerda. Pelo menos poderiam apresentar a vossa Proposta. -----

----- Não há ninguém inscrito? Há. No ponto 4? E, também, no Ponto 4, o CDS-PP e o Bloco de Esquerda. -----

----- O Senhor Deputado Casimiro Pires para uma intervenção sobre o ponto 4 da Ordem de Trabalhos que é o Relatório final, portanto há uma Proposta de deliberação final e é sobre isso que o Senhor Deputado quer intervir. Se faz favor. -----

----- Pode vir usar da palavra se faz favor depois, a seguir, daremos a palavra ao CDS-PP.-----

----- Há mais intervenções, então houve aqui uma desarticulação na Mesa já vamos ouvir toda a gente, vamos a isto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, em 1º lugar, eu chamo-me José Casimiro, está bem?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu: -

----- “Senhor Deputado, sabe o que é? Como está tudo ao mesmo tempo, a cabeça começa às vezes o tio alemão a chatear-nos. Peço desculpa” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Não faz mal, não faz mal, não se preocupe. -----

----- Era só para, em relação à questão do relatório, nós propusemos uma Proposta, fizemos uma pequena alteração que nos parece, a nós, importante, tendo em conta o debate que houve aqui. -----

----- Também o próprio relatório que nos aponta para um desafio que se coloca hoje de continuar a promover Lisboa como uma cidade de conhecimento, uma cidade inovadora com centros de excelência nas mais diversas áreas que, simultaneamente,

seja atrativa para o investimento, estimulando as atitudes empreendedoras, seja lá isso o que seja. -----

---- Mas, aquilo que eu queria colocar era que, tendo em conta esta questão e uma certa alteração da especialização da produção em Lisboa, no sentido de uma maior monocultura do turismo, aquilo a que muitos chamam a ‘turistificação’, aquilo que eu então propunha, na parte das Recomendações, era que houvesse uma alteração no sentido de que o Município procure, em conjunto com o Governo, promover emprego qualificado estável, apostando na formação contínua e na criação de polos industriais que alberguem a Cidade da inovação e do conhecimento e nas áreas, e depois continuo, nas áreas do turismo e da reabilitação urbana, através de incentivos fiscais, que é aquilo que está cá colocado, mas também uma questão muito importante para as empresas, e também tem a ver com os fatores trabalho, que é o problema dos ‘custos contexto’ de uma empresa que é necessário que o Governo, mais do que até o próprio Município, tenha em conta quando está a intervir, ou a ajudar a intervir dentro de uma empresa, para que os seus custos sejam mais baratos e isso possa significar, aquilo a que também chamam, uma maior competitividade. -----

---- Portanto, parece-me que este... e não só uma limitação que, de certa forma, isto tinha. Eu compreendo a preocupação de se promover emprego jovem e qualificado, mas muito direcionado para a questão do turismo e da reabilitação, mas eu acho que nós precisamos de ser um bocadinho mais audaciosos e, também, promover o problema da qualificação de todos aqueles que poderão vir a ficar para trás, neste caso, em termos do desenvolvimento produtivo e também nós temos aqui alguns polos industriais que sejam dinamizadores, também, de emprego e de uma certa competitividade e produtividade que é importante que uma cidade também tenha. -----

---- Daí este, o alargamento do âmbito desta Proposta, que nós fazemos de alteração a esta, na sua Recomendação que fazemos à Câmara Municipal. Muito obrigado.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado Senhor Deputado. Temos aqui várias pessoas inscritas, vamos a isso.” -----

---- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Deputados. -----

---- Estamos hoje a apreciar as conclusões do debate temático “A Economia e o trabalho na cidade”, em boa hora proposto pelo Partido Comunista Português e aceite e levado à prática pela 2ª Comissão Permanente; este debate foi um contributo fundamental para a reflexão que a todos importa, reflexão que deve ser pública e alargada, devido à complexidade deste tema e às ilusões com que muitas vezes se mascara a realidade e se propõem soluções de tal modo frágeis que não servem os interesses das populações. -----

---- Nas duas sessões deste debate ouvimos um conjunto de intervenções, primeiro de diagnóstico dos problemas e depois de perspectivas de intervenção futura, bom

contributo para a Assembleia e o município se tornarem mais fortes e dinâmicos, em virtude de um olhar mais abrangente sobre o que deve ser a economia numa cidade. ---

----- Os eixos fundamentais de uma cidade viva têm de ter muito mais do que património edificado. Para além dos espaços e equipamentos para usufruto da população, a cidade precisa que no seu seio sejam desenvolvidas as mais diversas atividades económicas que passando pelos relevantes (e até estruturantes) sectores do comércio e serviços e do turismo, terão de ter uma maior abrangência, abarcando outras atividades produtivas. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com diversas estruturas intervenientes nas áreas da economia e do trabalho, deve responder à grande carência de emprego que afeta a sua população, particularmente na situação atual em que o desemprego, a precariedade e a baixa qualidade do emprego atingem níveis extremamente preocupantes. -----

----- Um dos temas focados respeita ao número de população trabalhadora, cerca de 614.000 trabalhadores, dos quais 438.000 provêm dos concelhos vizinhos num movimento pendular diário; por outro lado, o desemprego atinge mais de 30.000 lisboetas. Para além da preocupação com estes números de desemprego, referir a existência de uma elevada percentagem de trabalhadores em situação de precariedade, de desvalorização do trabalho e consequente empobrecimento da população. -----

----- Face a esta realidade, deve ser tarefa fundamental inverter a tendência de perda da população e de emprego na cidade e criar condições para a permanência dos seus habitantes. -----

----- Para incentivar a modernização e a diversificação da atividade económica na cidade, é necessário fomentar o desenvolvimento e criação de novas atividades geradoras de postos de trabalho que permita corrigir a tendência de desaparecimento e deslocação das empresas e a perda de população para os concelhos limítrofes, nomeadamente, apoiando a criação de empresas industriais não poluentes e de tecnologia de ponta, terciário avançado, e centros de investigação e ensino, designadamente de polos tecnológicos, estimulando a articulação com as Universidades e os laboratórios do Estado. Como bem referiu um dos convidados neste debate, devem ser apoiadas as atividades transformadoras ligeiras, como as de apoio ao funcionamento da cidade (reparação automóvel, carpintaria, fabrico de pequenas peças, por exemplo), indústrias gráficas, ourivesaria, fabrico artesanal de vidro ou cerâmica, mas também atividades industriais na área da química fina, como a indústria de especialidades farmacêuticas, o desenvolvimento ou fabrico de perfumes. -

----- Para o PCP é urgente promover uma política de desenvolvimento económico para a cidade que invista no tecido produtivo; na investigação e desenvolvimento; no emprego estável com direitos e com uma justa remuneração; na qualificação profissional; na formação ao longo da vida. -----

----- É urgente transformar Lisboa numa cidade cada vez mais sustentável, melhorando e modernizando os seus equipamentos; incentivar a modernização do comércio, desenvolvendo ainda mais o comércio de proximidade e não admitindo novas licenças para grandes superfícies. Relembro que o comércio tradicional é um

dos pilares históricos da construção da cidade, faz parte da nossa identidade e é gerador de emprego em larga escala. -----

----- Em conclusão, é urgente o investimento e crescimento económico adequado para criar emprego de qualidade, bem como a implantação de medidas que visem o aumento do salário mínimo (a nível nacional, obviamente, o número que eu vou dar é isso): os números são vergonhosos, mais de 2 milhões em todo o país, evidentemente, mas em Lisboa também é abrangida com esta praga. É urgente travar o definhamento demográfico e social da cidade, e é urgente lutar contra as privatizações das empresas públicas com sede na cidade. O investimento público, a defesa do tecido produtivo existente e a valorização das potencialidades de Lisboa, em articulação com a área metropolitana, são fundamentais para encontrar soluções e resolver os problemas existentes. -----

----- Acrescento à laia de conclusão que no que diz respeito às Conclusões/Recomendações aprovadas na 2ª Comissão, o PCP está inteiramente de acordo com as mesmas, bem como com a proposta que foi agora apresentada pelo Bloco de Esquerda. De facto, só um conhecimento da realidade nos permitirá uma melhor ação, daí o nosso acordo à criação, por exemplo, do grupo de trabalho proposta. Também no que diz respeito aos transportes é fundamental um modelo sustentável, como aparecem nas conclusões deste debate; o que, para nós, significa que passa pelo carácter público dos transportes, como temos defendido sistematicamente. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar saudamos o Grupo Municipal do PCP pela proposta de realização deste debate sobre a economia na cidade e o trabalho. -----

----- É importante que o seu objetivo seja levar a Câmara Municipal de Lisboa a implementar, naquilo que é sua competência, políticas com vista a uma cidade economicamente sustentável e que valorize o trabalho. Nos aspetos que não são competência municipal, espera-se que o executivo reivindique políticas que vão no mesmo sentido. -----

----- Hoje apreciamos a deliberação final deste debate com o qual Os Verdes concordam e reforçamos uma questão que consideramos fundamental: a economia não pode estar acima dos interesses das pessoas, porque é delas que depende o desenvolvimento económico. -----

----- No entanto, podemos afirmar que o modelo económico que se instalou não serve o bem-estar da humanidade nem garante o seu futuro. Em Lisboa já se comprovou que deixar a cidade nas mãos dos mercados dá mau resultado. Em vez disso, defendemos uma cidade com pessoas e para as pessoas. Uma cidade para todos. -----

----- Hoje em dia, devido às políticas seguidas nos últimos anos, assistimos a uma acentuação da desvalorização do trabalho, da generalização da precariedade. Estima-se que cerca de um terço dos trabalhadores da cidade estejam em situação precária e

que sete em cada dez jovens sejam precários. Os dados indicam também que há mais de 30000 lisboetas desempregados. -----

----- Lisboa tem assistido à perda de população, ao encerramento do comércio tradicional, à privatização de empresas públicas e ao encerramento de serviços públicos. Os postos de trabalho têm diminuído, até na própria Câmara, com a redução da atividade e do serviço público da autarquia, através da externalização de alguns serviços municipais, como por exemplo nas áreas da higiene e limpeza, dos espaços verdes e da cultura. -----

----- Mas esta situação não é inevitável e Lisboa tem potencial para se tornar uma cidade mais desenvolvida, sustentada e diversificada. Para isso, precisa de políticas que coloquem a criação e manutenção de empregos no centro das suas prioridades. ----

----- E como não há inevitabilidades, Os Verdes rejeitam o conceito de que a única forma de pôr Lisboa a funcionar é planear e ordenar a cidade para gerar lucro, a qualquer preço. -----

----- Sobre o caso concreto do turismo, importa deixar claras algumas prioridades: ----

----- O turismo pode ser uma oportunidade que a cidade deve saber aproveitar, sem que isso represente a expulsão dos moradores. É, por isso, necessário contrariar os seus efeitos mais perigosos, através de políticas públicas adequadas porque precisamos de uma cidade para todos, sem exceção, algo que atualmente não acontece. -----

----- É preciso saber que efeitos tem a nível da criação de emprego e da sua qualidade, porque não pode ser um sector desregulamentado e promover a precariedade nas relações laborais, favorecendo os interesses dos grandes negócios em detrimento dos direitos dos residentes e comerciantes. -----

----- É preciso um maior equilíbrio e sustentabilidade. Lisboa não pode ter uma economia dependente exclusivamente do turismo, que depende de fatores externos que não são controláveis pelos executivos camarários. Deve-se diversificar e solidificar a base de desenvolvimento da cidade. -----

----- As micro e pequenas empresas representam a quase totalidade das empresas com sede social no concelho. Logo, é importante dar especial atenção a este sector e desenvolver políticas económicas e fiscais amigas destas empresas. -----

----- A solução não passa apenas por criar novas empresas. É preciso garantir que têm condições para continuarem a sua atividade e para criarem emprego com direitos. -----

----- Sobre a *websummit* era importante sabermos que oportunidades para a fixação de emprego na cidade foram efetivamente criadas. Além disso, um evento com bilhetes que variavam entre os 500 e os 5000 euros não é acessível a uma grande maioria e foi, em grande parte, mais um negócio para fazer dinheiro. -----

----- Perante tudo isto, Os Verdes consideram urgente promover um desenvolvimento sustentável, assente na humanização da economia e orientado para a satisfação das necessidades reais das famílias. E isso só se consegue com a economia ao serviço das pessoas. -----

----- Esta mudança necessária é indissociável de políticas de mobilidade e de habitação, problemas graves na cidade e cuja resolução está ainda muito longe. Uma

rede de transportes funcional, acessível e que responda às necessidades das populações e uma resposta efetiva aos problemas de habitação são aspetos fundamentais para o desenvolvimento da economia e para o trabalho na cidade de Lisboa.-----

----- Para Lisboa ser uma cidade desenvolvida e equilibrada precisa de ter emprego e atividades económicas. É preciso valorizar o direito ao trabalho, defender os serviços públicos, combater a precariedade, defender uma estratégia de desenvolvimento económico que diversifique os investimentos na cidade em projetos que sejam económica, social e ambientalmente sustentáveis.-----

----- Para isso, Lisboa precisa de opções autárquicas que coloquem as pessoas no centro das suas preocupações porque é isso que os lisboetas precisam e anseiam. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luisa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados e caros Municípes.-----

----- Referente à Proposta aqui em discussão deliberação final sobre o debate temático 'a Economia na Cidade e o Trabalho', o CDS-PP começa por saudar o PCP pela iniciativa, bem como o Deputado Relator José Leitão, pelo presente documento que sintetiza, e bem, o referido debate temático, que nos permitiu ficar com o retrato mais nítido sobre as reais dinâmicas da cidade.-----

----- O CDS acompanha as Recomendações à Câmara Municipal, vertidas neste documento, pelo que algumas considerações queremos aprofundar.-----

----- Reconhecemos o trabalho que a autarquia tem desenvolvido para a criação e promoção de incubadoras e *startups* que o respetivo investimento e emprego que atrai para a cidade, no entanto, também nesta matéria é preciso mais do que criar as condições para a sua fundação, há que perceber quais são as vantagens competitivas que levam algumas dessas empresas a emigrar para outros espaços europeus. Tão importante como encubar é ancorar, é criar condições competitivas que permitam fixar as que aqui se criam e atrair novas empresas europeias em áreas que Portugal seja avançado como, por exemplo, as novas tecnologias, quer na vertente da medicina, quer na vertente financeira, entre outras que temos vindo a desenvolver.-----

----- Temos capital humano, temos bom clima, temos boa vivência, mas será que temos uma boa burocracia? Taxas e impostos competitivos? Deixo estas questões para vocês poderem também ponderar connosco.-----

----- É de saudar que esta Assembleia não seja constituída maioritariamente por Deputados com essa coisa xenófoba que é a fobia aos turistas. O turismo é, e esperamos que continue a ser, uma bênção económica para Lisboa e para o país, porém, a par de novos negócios, novos postos de trabalho e investimento económico, traz também novos desafios e problemas, com certeza que traz, e alguns já são conhecidos de todos. E passo a enumerar aqui alguns como a insuficiência de transportes, nomeadamente do Metro, o barulho, o ruído na rua, a higiene urbana, o aumento do preço médio do arrendamento urbano e comercial, o alojamento local e os

impactos desta atividade junto dos moradores e dos proprietários, a proliferação de viaturas de operadores turísticos e consequente impacto no trânsito em diversas zonas da cidade.-----

----- Mas o que é isto senão a vida normal de uma capital que pulsa e que está viva. Quem tem medo do turismo, quem quer impedir a entrada de turistas é que não faz parte da solução para o problema da cidade.-----

----- Lisboa deve trabalhar, considerando algumas soluções, deve considerar criar novas centralidades turísticas, bem como investir em roteiros da cidade e ainda redirecionar a taxa turística para atividades e ações de promoção da cidade e de Lisboa, em vez de custear os encargos com as obras no Palácio da Ajuda, matéria que, como sabem, é da competência do Governo e não da autarquia. E não menos importante é encontrar o equilíbrio entre o exercício do alojamento local versus a garantia e o direito ao descanso dos residentes. É preciso olhar para os exemplos das cidades como Paris, Berlim e Roma. É preciso também fixar pessoas no centro da cidade, sobretudo jovens, com recurso a políticas que promovam a habitação e o trabalho na cidade, como por exemplo, conseguir atribuir a utilização de edifícios para incubar novos negócios e, em simultâneo, promovidos para habitação jovem com o propósito fixar os negócios e habitantes na cidade, a médio e longo prazo e não apenas a curto prazo. -----

----- E por fim e, não menos importante, há que promover o empreendedorismo através de práticas facilitadoras como a avaliação dos procedimentos e tempo de licenciamento, agilizando a identificação da quantidade de regulamentos e taxas aplicadas para cada área de atividade. Deixamos aqui convosco também estas ideias que gostaríamos de partilhar aquilo que são as soluções que o CDS tem para a cidade. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs. -----

----- O desenvolvimento da economia e do Trabalho na cidade tem dado um contributo insubstituível para afirmar Lisboa no quadro nacional e internacional. -----

----- Naturalmente que muito há ainda por fazer e nós temos a ambição e a certeza de que podemos contribuir com eficácia para fazer o que falta fazer. -----

----- Não era assim há 10 anos, nem há 15 anos, e ser hoje assim não é obra do acaso, mas sim o resultado de uma gestão Municipal amiga da economia e do emprego, que se recusou ficar à margem do desenvolvimento económico da cidade. Pelo contrário, sabemos que se a iniciativa privada tem um papel fundamental a desempenhar o Município tem um papel catalisador insubstituível na promoção do desenvolvimento económico e da qualidade do emprego de que não abdica. -----

----- Lisboa não é apenas cada vez mais um destino turístico com uma oferta, cada vez mais diversificada e de qualidade, processo que tem sido acompanhado da requalificação urbana e da criação de milhares de postos de trabalho. É cada vez mais uma cidade global que faz parte da geografia da economia do conhecimento. -----

----- Lisboa tem cientistas e criadores culturais internacionalmente reconhecidos, sendo uma cidade europeia que tem um papel central no mundo da Língua Portuguesa e nas trocas culturais e científicas com o mundo Ibero-americano. As suas universidades e centros de investigação, inclusive algumas instituições privadas de referência, contribuem para que assim seja. Não podemos ignorar que é também cada vez mais procurada para a localização de empresas internacionais de prestação de serviços. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem desenvolvido, desde 2011, através da Direção Municipal da Economia, um conjunto de instituições como a *Startup Lisboa* que tem trabalhado, nomeadamente, a economia digital e contribuído para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor da cidade de Lisboa. -----

----- A escolha de Lisboa para a realização da *WebSummit* foi o reconhecimento do trabalho que tem sido desenvolvido, bem como a atribuição recente do prémio *Best Public Administration for Statup Awards 2016*, à Câmara Municipal de Lisboa por parte da Comissão Europeia. -----

----- Não podemos também ignorar a importância das políticas de habitação e de reabilitação urbana da Câmara de Lisboa para a criação de emprego na área da construção civil, um dos setores que foi mais duramente atingido pelas políticas de austeridade. -----

----- Este não é o momento continuar debate, é o de saudar a sua realização, por Proposta do Partido Comunista, que nós apoiámos, a qualidade das suas intervenções, sublinhar o seu carácter estratégico para o futuro da cidade e dar a maior divulgação possível a todo o seu conteúdo e de o prosseguir no próximo mandato autárquico pela importância que tem para afirmar Lisboa como uma cidade global no mapa da Europa e do mundo. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhor Deputado, creio que a Câmara também quer usar da palavra neste Ponto do debate.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Só quero usar a palavra, não para repetir a intervenção que fiz na altura do debate, mas apenas para agradecer a iniciativa ao Partido Comunista Português que teve a iniciativa de o propor, a todos os que puderam participar, aos Senhores Relatores que fizeram estas conclusões, dizendo que acho que é um contributo muito relevante para aquilo que nós entendemos ser um conjunto de análise e de proposta para aquilo que é o futuro da economia na cidade de Lisboa, portanto, quero agradecer. Agradecer também as conclusões, já tive oportunidade de as ler e dizer que é este tipo de debates que nos ajudam, ao executivo, mas também enquanto cidade, a pensar aquilo que deve ser o futuro da cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador e Vice-Presidente.-----
----- Senhores Deputados, creio que estamos em condições, então, de votar a Deliberação, há uma Proposta do Bloco de Esquerda de alteração do ponto 2.1, portanto, desenvolvendo um pouco mais e alargando o âmbito de não ser apenas ‘emprego jovem’ mas de ser ‘emprego qualificado estável’.-----
----- Pergunto se o Senhor Relator está de acordo com esta alteração? Portanto, se está de acordo prescinde da redação inicial.-----
----- Portanto, nós vamos votar os Pontos 2.2, 2.3, 2.4 e depois votaremos o Ponto 2.1 e, se ele for aprovado, prejudicará o ponto 2.1 da Recomendação.-----
----- Há também uma sugestão de uma correção material que o Partido Comunista me faz relativamente À Proposta 001, tem a ver com o Ponto 1.3, não é com a parte deliberativa, mas sim na página 3, no ponto 1.3, no antepenúltimo parágrafo, que começa ‘a criação de empresas que assentam a sua atividade nos setores mais intensivos em conhecimento tem sido razoável’ por aí fora e, depois mais adiante, se diz ‘tais como as indústrias criativas’ e a correção material é ‘tais como as indústrias tecnologicamente avançadas e criativas’ suponho que está toda a gente de acordo com esta retificação? Nós não votamos o Relatório, mas, portanto, faz-se aqui uma retificação aos considerandos da Proposta. -----
Sendo assim, eu vou pôr à votação os Pontos 2.2, 2.3 e 2.4 da Proposta 001, não é uma Proposta de Recomendação, é uma Proposta de Deliberação Final do debate. -----
----- Voto dos **Pontos 2.2, 2.3 e 2.4 da Proposta nº 001/2ªCP/2017** – ‘Deliberação final sobre o debate temático ‘a Economia na Cidade e o Trabalho’’. Os Pontos 2.2, 2.3 e 2.4 da Proposta 001/2ªCP/2017 foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.-----
----- E agora vou para a votação a Proposta de redação para o ponto 2.1 apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----
----- Voto do **Ponto 2.1 da Proposta nº 001/2ªCP/2017** – ‘Deliberação final sobre o debate temático ‘a Economia na Cidade e o Trabalho’’. O Ponto 2.1 da Proposta 001/2ªCP/2017 foi **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----
----- Sendo assim o Ponto 2.1 original está prejudicado e a Deliberação Final, no seu conjunto, foi aprovada por unanimidade. -----
----- Muito obrigada Senhores Deputados pelo trabalho que fizeram com base em toda esta informação e pelo resultado a que chegámos.-----
----- Creio, Senhores Deputados que, neste momento, podemos mandar encerrar as urnas da eleição que está a decorrer ali ao lado. E pedia agora aos Senhores Deputados escrutinadores.”-----
----- **A Senhora Primeira Secretária, Patrocínia César,** no uso da palavra, acrescentou:-----
----- “Do PS o Senhor Deputado João Valente Pires.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “O PSD tinha indicado uma pessoa? A Senhora Deputada Sofia Rocha, se não se importa, é apenas um momento, vão então a descortinar. -----

----- O Senhor Deputado João Valente Pires dê indicação que a Mesa mandou encerrar, mandou encerrar a votação, está bem? Se faz favor. -----

---- Sendo assim, vamos agora passar o Ponto número 6 e eu agora preciso que fica na Mesa, eu preciso que venha a Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva porque eu quero intervir nesta matéria, tenho que ir lá para baixo. -----

----- É possível mandá-la chamar? Pergunto se alguém dos serviços, pode mandar chamar a Senhora Deputada Rosa Maria para a Senhora Primeira-Secretária não ficar aqui sozinha na Mesa. -----

----- Enquanto procuram a Senhora Rosa Maria eu vou para a vossa consideração o último Ponto nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 387/CM/2017 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 E 2022, PARA A CONTRATAÇÃO DA EMPREITADA N.º 3/EPPGDL/17 - “EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TÚNEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇÕES ASSOCIADAS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO N.º 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**

----- (A Proposta nº 387/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “O último Ponto nossa Ordem de Trabalhos que é compromisso plurianual para a repartição de encargos para a empreitada de execução dos túneis de drenagem da cidade de Lisboa.-----

----- Pergunto se há algum Senhor Deputado que quer intervir nesta matéria? Não vejo nenhum Senhor Deputado a intervir. Eu vou pôr à vossa consideração esta Proposta, Ponto 7 da Ordem de Trabalhos. -----

----- Voto da Proposta nº 387/CM/2017 – ‘Compromisso plurianual para a repartição de encargos para a empreitada de execução dos túneis de drenagem da cidade de Lisboa’. A Proposta 387/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- O Senhor Deputado a Magalhães Pereira pede a palavra para informar que o PSD apresentará uma declaração de voto.” -----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao seu Voto Favorável no Ponto 6 da Parte

Deliberativa da Proposta n.º 387/2017, submetida a Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 4 de Julho de 2017 e aí acolhida, relativa ao Compromisso Plurianual de 2017 a 2022 para Contratação da Empreitada n.º 3/EPPGDL/17 para Execução de Túneis de Drenagem e Intervenções Associadas. -----

----- 1. O Grupo Municipal do PPD/PSD votou favoravelmente a Proposta em epígrafe, constatando embora que desde 2007, a Câmara Municipal nada tem feito para executar o Plano de Drenagem de Lisboa, sempre com desculpas de falta de verbas ou de oportunidade, quando é certo que preferiu dedicar-se a obras de fachada de vulto, causadoras aliás de grandes inconvenientes para a vivência e mobilidade da população de Lisboa. -----

----- 2. As soluções preconizadas para minoração das cheias repentinas que assolam ciclicamente a cidade foram atualizadas em Março de 2008 limitando-se porém a Câmara desde então a constituir Grupo de Trabalho e a realizar algumas obras pontuais, se e quando associadas a outras intervenções. -----

----- 3. Em Requerimento de 14 outubro 2014 com o n.º 9/PPDPSDAML/2014 este Grupo Municipal de novo se insurgiu contra a falta de ações corretivas e preventivas sobre os sistemas de drenagem de Lisboa, mas a Câmara continuou numa intensiva impermeabilização de solos, potenciando ainda mais rápido escoamento superficial e concentração das águas, descuidando uma atempada manutenção e reabilitação de uma rede de coletores antiga, subdimensionada e deteriorada. -----

----- 4. Ainda hoje a Câmara não procedeu no sentido de vir a dispor de dados fiáveis quanto às diferentes tipologias dos coletores e seu estado de conservação, apesar de a extensão e complexidade da rede exigir uma permanente monitorização das condições de escoamento. -----

----- 5. Vem agora no exato fim do seu Mandato, apresentar uma Proposta de assunção de compromissos plurianuais que se estendem até 2022 para a construção de Túneis de Drenagem que nem sequer vai poder iniciar até à data da consulta Autárquica, em jeito evidente de nuvem de fumo e de despuddorada propaganda eleitoral. -----

----- 6. Vem esta Proposta muito tarde, tarde demais e para além da competência desta Câmara, mas entende o Grupo Municipal do PPD/PSD não dever colocar obstáculos à urgente necessidade da concretização do Plano de Drenagem, vital para a cidade de Lisboa. -----

----- Pelo Grupo de Lista do PPD/PSD, Os Deputados Sérgio Azevedo e João de Magalhães Pereira.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -*

----- “Agora peço à Senhora Primeira-Secretária que assuma a direção dos trabalhos, porque eu vou intervir no Ponto n.º 6.” -----

*----- **PONTO 6 - APECIAÇÃO DO ASSUNTO “ESTRATÉGIA DA ACTUAÇÃO MUNICIPAL PERANTE A IMINÊNCIA DE DESPEJO DOS INQUILINOS RESIDENTES NA RUA DOS LAGARES N.º 25, TRAVESSA DOS LAGARES, N.ºS 2, 4 E 6 E TRAVESSA TERREIRINHO, N.ºS 1, 3, E 5 NA MOURARIA”, INDICADO PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS***

INDEPENDENTES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 48.º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES.

----- (O **Requerimento** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Recomendação nº 4/147** apresentada pelo BE fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Helena Roseta (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente em Exercício, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- Eu pedi o agendamento deste Ponto, nós tivemos aqui, há pouco tempo, nesta Assembleia, moradores da Rua dos Lagares que nos vieram aqui expor a situação em que se encontram. É um caso a bastante grave, são 40 pessoas, 16 famílias. Não é propriamente um despejo por motivo de obras. É uma oposição do Senhorio à renovação do contrato, nós estamos aqui perante uma consequência óbvia e evidente do que foi a liberalização da Lei das Rendas em 2012 e ao acabar com os contratos de duração indeterminada e passa-los a contratos de 5 anos ou até menos, porque o Código Civil passou a dizer que nada se dizendo os contratos passaram a ser de 2 anos.-----

----- As pessoas vivem com o credo na boca, porque o fim daquele período de contrato, eventualmente, o Senhorio opõe-se à renovação e tem que ir à procura outra vez de casa. É uma situação bastante complexa.-----

----- Nós aqui, quando foi apresentada a situação aqui na Assembleia Municipal, desde logo, a Mesa informou que estaríamos iríamos acompanhar este caso, nós sabemos que a Câmara tem mantido reuniões com os moradores, no sentido de os acompanhar e de ver quais são as formas de atuação possíveis. Este caso é um caso simbólico, nós sabemos que a própria Junta de Freguesia também tem acompanhado, mas é um caso simbólico no coração da Mouraria. Não é uma oposição à renovação do contrato de uma pessoa, são 40 pessoas, é um quarteirão inteiro e isto exige que o Município tenha aqui uma posição forte, que dê um sinal forte, que nós queremos defender os residentes da cidade de Lisboa das pressões que, com a nova legislação e com o turismo, estão a ser exercidas sobre os residentes tradicionais.-----

----- Portanto, ao agendar este ponto, de certa maneira, o meu objetivo principal era que a Câmara nos pudesse aqui dar conhecimento daquilo que já está a fazer, das reuniões que tem conduzido com os moradores, enfim, em que direções é que está a trabalhar, mas, eventualmente a Câmara não deverá, porventura, dizer-nos aqui tudo aquilo que está a ser feito, porque, num processo negocial, nem sempre contar os passos todos é a melhor maneira de conseguir resultados, o que nós temos aqui é de obter uma garantia e é essa que eu quero perguntar, expressamente, à Câmara, na pessoa da Senhora Vereadora Paula Marques, é se a Câmara nos pode garantir aqui na Assembleia Municipal que não vai abandonar estas pessoas e que vai acompanhar o caso delas até ao limite das suas capacidades, porque isso é muito importante.-----

----- É preciso dar um sinal que nós defendemos a habitação de longa duração na cidade de Lisboa, é preciso dar um sinal que esta lei das rendas está a prejudicar a cidade, é agora que ela está a ter efeitos, não foi há 5 anos quando foi aprovada, é agora, quando acaba o prazo de 5 anos é que começam a surgir estas situações, a pressão é muito grande, foi um erro esta excessiva, no meu ponto de vista, esta excessiva liberalização da lei do arrendamento, já se procuram corrigir alguma coisa, o Código Civil já voltou a ter como prazo norma o prazo de 5 anos e não o prazo disparatado de 2 anos que estava na versão anterior. -----

----- Mas há muito a fazer há muitas medidas a apresentar, há muitas entidades que têm a sugerido medidas que ainda têm que ser feitas, mas, neste momento e perante estas 40 pessoas, nós queremos, Assembleia Municipal, saber se a Câmara está disponível a não abandonar estas pessoas neste passo difícil que elas estão a passar. ----

----- Era basicamente isto eu queria trazer, naturalmente o Bloco de Esquerda, já acabei o meu tempo, mas termino, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto de Recomendação. Eu sei que houve conversações com a Senhora Vereadora e com Deputados independentes sobre a redação final, creio que já apresentaram algumas alterações à redação final, enfim, o que importa é que esta Assembleia Municipal peça à Câmara para nos dizer aqui, olhos nos olhos, se está disposta a acompanhar estas pessoas até ao limite das suas possibilidades.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Nós temos presente a ata das intervenções dos moradores da Travessa dos Lagares nesta Assembleia, no dia 6 de Junho e temos também presente a dureza, digamos, das situações que aqui nos exemplificaram.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal assumiu a responsabilidade de analisar a situação. Ela foi incluída para este debate.-----

----- Nós só podemos dizer que a Câmara, nesta situação, tem que dar um exemplo, um exemplo à cidade, um exemplo da barbaridade não é possível, não é possível nesta cidade e, portanto, o que nós defendemos é que, face à lei das rendas do Governo PSD/CDS, na Assembleia da República continua a luta pela alteração de toda esta matéria e que a Câmara assumas as suas responsabilidades face a esta e outras situações e, portanto, resolva a situação das pessoas dentro daquilo que é a legalidade, dentro daquilo que são os direitos dos moradores desta cidade a viverem na cidade e é isso que é urgente levar a cabo. -----

----- É por isso que nós também nos batemos e estivemos presentes numa iniciativa que os moradores realizaram na dentro das festas de Lisboa, mas foi, digamos, uma sardinhada diferente. Foi uma sardinhada de uma comunidade unida que realmente fez valer a sua voz e se afirmou e está hoje aqui connosco, nós saudamos a vossa presença e faremos da nossa parte, PCP, tudo quanto for necessário para que a situação seja resolvida e seja travada, de facto, esta onda de despejos daquilo que é o tecido humano da cidade de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Li algures aqui há pouco tempo a propósito das questões da habitação e do direito à habitação e da perda de casa que, mais grave até do que perder o emprego, é perder a própria casa e perder a habitação. Eu tendo a concordar com isto e acho que, neste momento, nós estamos todos a atravessar momentos muito difíceis na nossa cidade porque há cidadãos que vivem há 15, 20, 30, 40 anos na mesma habitação, alguns já de idade avançada, e de repente estão a ser confrontados como umas cartinhas muito impessoais, muito higiénicas da forma como estão descritas, muito secas: o seu prédio foi vendido, vai para obras, tem que sair até tantos de tal, lamento informá-lo que decidimos não renovar o seu contrato de arrendamento. E isto não acontece numa, duas ou três situações, acontece, infelizmente, generalizadamente, sobretudo no centro histórico e também muito particularmente na Freguesia em que eu resido. -----

----- O que está a acontecer na Rua dos Lagares é perfeitamente inadmissível que possa acontecer numa sociedade como a nossa, onde todos nós clamamos por justiça social e todos nós clamamos pelos direitos das pessoas, mas quando se trata dos mais, dos menos favorecidos pela vida, das pessoas que têm mais dificuldades, muitas vezes todos nós tendemos a esquecer e nos escudamos através do conceito abstrato da lei: está na lei não se pode fazer nada. -----

----- É evidente que a legislação é adversa, é evidente que a responsabilidade dessa legislação tem rostos, todos nós sabemos quem foram e têm responsabilidades políticas, a Senhora Presidente, na sua intervenção que fez há bocado, já o definiu, mas é evidente também que nós não podemos apenas cruzar os braços e achar que não há nada a fazer. -----

----- Primeiro lugar, do ponto de vista legal, daquilo que eu conheço, e esta Junta de Freguesia tem acompanhado este processo desde o início, aliás, disponibilizou todo o seu aparelho jurídico para acompanhar estas pessoas até ao fim, a custo zero para os residentes, e é isso que estamos a fazer. Há um percurso de combate legal que é necessário fazer porque todos nós detetámos enormes buracos nos procedimentos legais destas entidades, que não me interessa a mim estar a evidenciar quais são, porque senão eles ainda vão reparar, ainda vão corrigir, como, infelizmente, já aconteceu em relação a um passado muito recente, onde foram apontadas algumas situações e eles como ainda estavam dentro do prazo, tiveram tempo para corrigir, mas, em nossa opinião persistem ainda enormes, enormes incumprimentos da própria legislação formal e aquela que nos é adversa e nós temos o nosso aparelho jurídico da Junta completamente mobilizado para acompanhar estes cidadãos até ao fim e nós esperamos que, até ao fim, seja um final feliz. Porque também entendemos que, se mais nada houver, os próprios tribunais também têm alguma responsabilidade social nas decisões que tomam e nós temos visto sobre as questões da habitação sentenças díspares e diferentes sobre os mesmos assuntos e, portanto, achamos que essa via tem que ser acompanhada. -----

----- Agora, está aqui, de facto, uma excelente oportunidade para se dar um exemplo, e aquilo que eu defendo enquanto Presidente da Junta é que haja, quem tem a competência e o poder para tal, haja uma conversa séria com os proprietários com os promotores imobiliários desta iniciativa e que sejam muito claro e que se diga meu caro amigo, a Câmara Municipal não poderá viabilizar nenhum projeto se causar instabilidade e a romper a coesão social diz território e os Senhores têm obrigação de negociar, de encontrar soluções, de preferência até procurar manter as pessoas no mesmo sítio, mas nenhuma solução pode ser admitida, em minha opinião enquanto Presidente da Junta, se não for do consenso das pessoas que moram ali. -----

----- Esta é uma situação difícil, não é só este prédio, tenho tido notícias de vários prédios que estão a ser atacados e, coincidência das coincidências, alguns deles por esta mesma empresa, por esta mesma empresa. E é aquilo que eu tenho vindo a denunciar, compram tudo, tudo, tudo para colocar no mercado de alojamento local, sem nenhum tipo de critério e sem nenhum tipo de preocupação sobre se nós estamos a esvaziar os nossos territórios da sua componente essencial, que é a sua autenticidade. -----

----- Portanto, considero oportuna esta iniciativa da Senhora Presidente, acho que há aqui, de facto, uma grande oportunidade da Câmara Municipal de Lisboa também fazer evidenciar que pode ter um papel decisivo nesta matéria, porque senão qualquer dia, de facto, nós não temos população residente nos bairros, não temos a população histórica e se nós perdermos a população histórica, também estamos a perder a nossa alma e estamos a perder também o nosso charme, o nosso encanto e até a nossa mais-valia turística. -----

---- É evidente, ouvindo aqui umas coisas, é evidente que isto tem responsáveis. A 1ª responsabilidade foi a alteração da lei das rendas no tempo do Governo de Passos Coelho e Assunção Cristas onde se assumiu, preto no branco que, quem tinha 65 anos e estava protegido por 15 anos do ponto de vista da atuação do seu do seu contrato, passava a ter só 5 anos e eles estão, de facto, todos a cair agora, estão todos a cair agora. Esta é a 1ª. -----

----- A 2ª questão gravíssima que foi feita nessa altura porque, pelos vistos parece que há aqui pessoas que não estão esclarecidas, é que também se assumiu, nessa altura, que para despejar ou para retirar de uma habitação um cidadão a pretexto de uma obra profunda, bastava o termo de responsabilidade do técnico responsável pela obra. Ora, o técnico responsável pela obra é pago pelo dono da obra que tem como interesse que esse prédio sem fique vazio, a custo zero e, portanto, isto foram 2 pecados capitais, 2 pecados enormes que a direita política deste país vai ter que carregar até ao fim, porque causou com isto uma enorme infelicidade nas pessoas. -----

----- Posto isto, também acho que há responsabilidades, agora, de todos nós, cada um dos seus níveis, todos nós, e a Câmara pode e deve intervir nesta matéria, obrigando os proprietários a encontrar e a procurar soluções que sejam do consenso em quem lá mora, porque, de facto, não se pode chegar às pessoas e dizer, os Senhores vão para a rua, porque o prédio foi vendido, ou nós queremos dar um outro uso diferente a isto sem mais nem menos. As pessoas vivem lá há muitos anos, há muitos anos. -----

----- Também permitam que faça aqui, e se isto só a mim me responsabiliza, faça também aqui um pequeno desabafo, é evidente que a legislação foi alterada na Assembleia da República, para melhor, mas isto agora o que eu vou dizer só me responsabiliza a mim, mas no meu entender, podia e devia-se ter ido mais longe. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, beneficiou do tempo seguido pelo PNP e pelo PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada. A situação de despejos na Mouraria que hoje apreciamos é um exemplo claro e triste dos problemas de habitação, principalmente no centro da cidade.-----

----- Estas famílias são vítimas das leis das rendas que, aliada, à pressão turística, expulsa os moradores das suas casas, onde vivem há décadas, e isso é inaceitável.-----

----- São 16 famílias, 40 pessoas. Não são números, são pessoas, são famílias, são vidas e a habitação é um direito constitucional.-----

----- Os moradores já enviaram cartas à Câmara Municipal de Lisboa, foram a reuniões de Câmara e vieram aqui à Assembleia Municipal. A Assembleia, na pessoa da Sr. Presidente, comprometeu-se a acompanhar o assunto.-----

----- Perante isto, importa sabermos o que já fez ou o que vai fazer a Câmara Municipal para resolver este problema, porque uma coisa é certa, a Câmara não pode virar as costas aos moradores.-----

----- É verdade que existe nesta Assembleia um grupo de trabalho de acompanhamento da habitação mas isso de nada adianta se a Câmara Municipal de Lisboa não der respostas céleres a quem precisa. As pessoas não querem só reuniões, querem os seus problemas resolvidos.-----

----- A Câmara tem muito património no centro da cidade e esse património deve ser disponibilizado para habitação e não vendido para especulação imobiliária, como tem acontecido.-----

----- É preciso arranjar soluções rapidamente, porque estas pessoas não podem ficar na rua.-----

----- Se a Câmara tem casas, há solução. E se tem casas, devem ser usadas para casos como este.-----

----- Não pode ser tudo um negócio em Lisboa. É caso para perguntar onde está a justiça social e o direito constitucional à habitação no meio disto tudo? Também é caso para sabermos por que foram estes moradores abandonados à sua sorte e se se vai continuar a ser dada prioridade à especulação imobiliária e à ‘turistificação’ em Lisboa, em detrimento do direito constitucional à habitação e dos interesses e necessidades dos moradores de Lisboa?”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, eu pergunto à Câmara Municipal de Lisboa se quer intervir. Informo-a que tem 3 minutos.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Boa Tarde Senhora Presidente em exercício, boa tarde a todas e a todos.-----

----- Em 1º lugar agradecer a presença das moradoras e dos moradores da Rua dos Lagares e perante a situação que estamos todos e todas a viver, dizer que a Câmara Municipal de Lisboa, obviamente, não virará as costas a nenhuma ou nenhum morador da Rua dos Lagares, ou de situações idênticas à Rua dos Lagares.-----

----- Efetivamente, a Câmara tem estado em articulação com os moradores a encontrar formas e caminho de intervenção, a vários níveis, para que a luta dos moradores de se manterem nas casas onde estão, seja uma realidade. Há vários mecanismos que a Câmara tem estado a utilizar na sua intervenção. -----

----- Eu queria deixar claro e publicamente dizendo que, neste momento, não há, e que fique, de uma vez por todas clarificado para toda a gente, não há nenhum processo de obra deferido na Câmara de Lisboa em relação a este edifício, é uma nuvem que tem pairado, mais uma, que tem pairado sobre os moradores da Rua dos Lagares. Não há nenhum pedido de obras feito por parte do atual proprietário deferido na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- É também preciso deixar claro e também para os moradores que, em conjunto com a Junta de Freguesia e com os seus processos de reivindicação, e bem, que têm feito, não há um processo de despejo, neste momento, destes e destas moradoras, o que há é a oposição à renovação do contrato. Estes moradores, estas moradoras não têm uma ação de despejo, neste momento, e lutaremos todos para que isso não aconteça. -----

----- Dizer também que a Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda que avança com uma série de Propostas para a Câmara atuar, também dar informação à Assembleia e aos moradores que o processo de interação direta com o proprietário já está despoletado e, portanto, a Câmara estará ao lado dos moradores, procurando as soluções possíveis até às últimas consequências dentro daquilo que é a legalidade, naturalmente, mas com a consciência de que, aquilo que fizemos agora é um sinal político importante para aquilo que possa acontecer no futuro.-----

----- E não é propósito da Câmara, neste processo, desresponsabilizar aquilo que são os proprietários em relação aos seus inquilinos e, portanto, evidentemente, que a precarização dos contratos de arrendamento é o grande peso, não só para estes moradores, como outros moradores na cidade de Lisboa e acho que a luta tem que ser para que os moradores e os inquilinos passem a ter, de novo, sossego naquilo que é a duração dos seus contratos e aquilo que é a organização das suas vidas.-----

----- Voltamos a dizer, a nossa luta é para que estes moradores e estas moradoras não tenham que sair das suas casas. -----

----- Dizer também que, em relação a outros processos que corram sobre este edifício, a Câmara, não só está atenta, como está ativa naquilo que são os seus instrumentos Municipais de intervenção, nomeadamente, aquilo que é a responsabilização do

proprietário e dos proprietários nas obras de manutenção e de requalificação do seu edifício, com a garantia, e isso sim, felizmente já ao abrigo das alterações, de alguma forma, ténue, mas algumas alterações que foram feitas na nova lei do arrendamento, com a garantia de que esse instrumento não se torne perverso naquilo que é a vontade de manutenção dos moradores neste edifício. -----

----- Finalizando, dizendo que este processo será sempre articulado diretamente com os moradores, é isso que eu tenho estado a fazer nas últimas semanas e às vezes, sim, o facto de nós não sermos tão publicamente, não expormos tão publicamente o caminho que fazemos, não é por isso que nós somos mais ou menos solidários com as pessoas. É sim, uma forma de garantirmos, efetivamente, aquilo por que lutamos, que é o direito que estas pessoas a manterem-se nas suas casas e não a utilização destas ações para qualquer outro fim. -----

----- A nossa preocupação é com os moradores, olhos nos olhos, como pedia a Senhora Presidente da Assembleia, aquilo que tenho feito e aquilo que é o meu compromisso e o compromisso da Câmara Municipal de Lisboa é que a Câmara não virará as costas a estes moradores até ao fim, dentro daquilo que é, volto a dizer, para ser clara, a legalidade e os instrumentos que temos à nossa disposição, e são vários de atuação. Obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Após a Senhora Vereadora ter usado da palavra, quando iniciou a palavra, o Senhor Deputado Ricardo Robles pediu, também, intervenção. Pelo que tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Robles.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Na Rua dos Lagares, 25, moram 16 famílias, são 40 pessoas, algumas delas estão ali sentadas na zona do público. Estas pessoas são quem deu o rosto por uma sangria silenciosa na cidade de Lisboa. Vocês conhecem essa sangria. São centenas, milhares de pessoas quem têm sido despejadas ou cujos contratos têm terminado por vontade do Senhorio e que têm sido despejadas do centro, das suas casas. Casas onde nasceram onde cresceram, onde viram os filhos nascer e onde querem morrer e é o direito que têm de ter esse desejo. -----

----- Hoje temos uma situação diferente nesta Câmara e na Assembleia Municipal. Eu já ouvi aqui, vocês ouviram e ficou gravado nestas sessões, que quando foi exposto esta situação disseram: isto é um assunto entre um proprietário privado e entre moradores privados e a Câmara não tem responsabilidade direta sobre isto. E hoje assistimos a uma situação diferente, todas as intervenções, incluindo a da Câmara, acham que a Câmara Municipal de Lisboa tem responsabilidades e que pode intervir e pode resolver este problema dos moradores, garantindo-lhes o seu direito à habitação. Temos uma mudança, ainda bem que assim é, porque estes moradores têm direito a ser defendidos pela sua Câmara Municipal. -----

----- Sabemos que existem múltiplas formas de defender estes moradores. Pode haver as obras coercivas, a posse administrativa, o arrendamento compulsivo, podemos impugnar a escritura por via do direito de preferência, pode haver uma negociação entre a Câmara e o proprietário, ou podemos ir, no limite dos limites, à expropriação. Não seria a 1ª vez que está previsto na lei fazê-lo e, portanto, a Câmara pode fazê-lo e, sobretudo, tem legitimidade para o fazer porque errou no momento em que deveria ter exercido o direito de preferência neste prédio, tal como o fez na 24 de Julho, não exerceu o direito de preferência, em 2014, pagou mais 700 mil euros, este ano, por esse prédio, mas poderia ter exercido o direito de expropriação, tal como o Presidente Fernando Medina aqui admitiu. Não o fez, negociou, resolveu o problema. Aqui, pode fazer a mesma coisa, pode negociar com o proprietário, se não tiver resultado, pode expropriar e garantir que estes moradores ficam na Rua dos Lagares.-----

----- Mas relembro-vos que temos uma corrida contra o tempo, o relógio continua a contar o tempo está a passar, e no dia 31 de Agosto existe uma guilhotina por cima da cabeça de algumas destas moradoras. Algumas das moradoras terminam o seu contrato dia 31 de Agosto, foram notificadas pela tal carta que foi referida aqui, de que não podem permanecer neste espaço mais tempo e, por isso, propomos nesta Recomendação que aqui temos que, caso isso aconteça, caso não seja resolvido o conflito até ao dia 31 de Agosto, a Câmara Municipal de Lisboa deve comprometer-se com um alojamento provisório para estas moradoras, naquela Freguesia de Santa Maria Maior, porque tem várias casas devolutas em Santa Maria Maior, provisório porque, no final deste processo, as moradoras querem voltar para o seu prédio. É lá que querem estar e estamos confiantes que a Câmara Municipal de Lisboa consegue resolver este assunto, então estas pessoas podem estar provisoriamente nestas casas da Câmara e depois voltar para o prédio que sempre chamaram seu. -----

----- E por último, dizer-vos, em várias conversas que tive, já me disseram que havia aqui um problema que era abrir um precedente. É verdade, abre um precedente, mas ainda bem que esse precedente é aberto, porque é um precedente que defende as pessoas, defende o direito à habitação, defende os moradores, é um precedente, porque nunca foi feito na cidade de Lisboa e devia ter sido feito. Porque quando assistimos esta lei cruel assinada por Passos Coelho e Assunção Cristas que permite expulsar pessoas das suas casas, e que dava um prazo de 5 anos, e lembramo-nos todos de quando Assunção Cristas lhe foi perguntado: o que é que acontece passados esses 5 anos? Ela disse: a Segurança Social depois arranjará uma solução. Cá está a solução, olho da rua, é essa a solução que estes moradores têm e, portanto, abrimos um precedente e ainda bem que abrimos um precedente.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa passa a responder pelos moradores, diz-lhes: nós estamos aqui ao vosso lado, nós vamos lutar com vocês e vamos arranjar-vos uma solução. Na rua é que vocês não ficarão, podem contar com a Câmara Municipal de Lisboa. É esse o papel que a Câmara Municipal de Lisboa tem que ter. -----

----- Parabéns aos moradores pela sua luta.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Ricardo Robles beneficiou do tempo cedido pelo PSD.-----
----- Bom, penso que estamos em condições de pôr à votação a Recomendação.-----
----- Penso que a bancada do Partido Socialista já não tem dúvidas, recebeu a
Recomendação? Sim agora, mas eu penso que foi distribuída há mais tempo.-----
----- Foram introduzidas novas alterações, penso que está em condições de ser posta
a votação. Posso pôr a votação com as novas introduções introduzidas Ponto 1 e Ponto
2.-----
----- Voto **da Recomendação nº 4/147-** ‘ Por uma solução de habitação digna para os
moradores da Rua dos Lagares, nº25’, apresentada pelo Bloco de Esquerda. A
Recomendação nº 4/147 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há
abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPn e
6IND. -----
----- Penso que a Senhora Presidente pode retomar, agora, o seu lugar.” -----
----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA
DA PROPOSTA 394/CM/2017 - DESIGNAÇÃO DO PROVIDOR MUNICIPAL
DOS ANIMAIS DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO
DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º E NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25.º,
DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO
ATUAL, BEM COMO NOS TERMOS DO REGULAMENTO INTERNO DE
DESIGNAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROVIDOR
MUNICIPAL DOS ANIMAIS DE LISBOA, APROVADO PELA PROPOSTA
N.º 218/2017; VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO;** -----
----- (A Proposta nº 394/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XVI e
dela faz parte integrante). -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a
seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, vamos prosseguir
os nossos trabalhos.-----
----- Tenho aqui que anunciar, então, o resultado da votação para o Provedor dos
Animais, neste caso, Provedora dos Animais Provedora Municipal dos Animais de
Lisboa e os resultados são os seguintes:-----
----- Há 58 votantes. -----
----- Votaram a favor 29 Senhores Deputados. -----
----- Votaram contra 19 Senhores Deputados. -----
----- Abstiveram-se 10 Senhores Deputados. -----
----- Pelo que há maioria, maioria simples, não é exigida uma maioria qualificada,
portanto, estamos em condições de considerar que a Senhora Doutora Marisa
Quaresma dos Reis é a nova Provedora Municipal dos Animais de Lisboa.” -----
----- Julgo que esgotámos os nossos trabalhos.-----
----- Senhores Deputados antes de se irem embora dizer que para a semana, nós temos
algumas petições em condições de serem apreciadas e vamos resolvê-las. Pelo menos
duas.-----

----- Temos um conjunto de perguntas à Câmara que foram apresentadas e se eu vir que há mais alguma Proposta em condições de ser apreciada, vou juntar, porque nós já temos muito poucas reuniões até ao final do mandato e vamos ter que aproveitar bem o nosso tempo.-----

----- Há um pacote grande de delegações de competências também já em condições de ser votado, portanto, eu vou ver, tudo aquilo que estiver pronto, procurarei agendar e se porventura a 3ª Comissão tiver terminado o Parecer sobre o Boavista Nascente, poderemos ou não, mas isso, provavelmente, demora mais tempo a discutir, logo vejo como é que faço a agenda.-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e dez minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----